



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO  
PEDAGOGIA

**A FORMAÇÃO CONTINUADA PARA OS PROFESSORES DA EDUCAÇÃO DE  
JOVENS E ADULTOS POR MEIO DA EXTENSÃO – UM ESTUDO DE CASO**

**Daiane Teixeira de Oliveira**

**Rio de Janeiro**

**2023**



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

**Daiane Teixeira de Oliveira**

Monografia apresentada à Faculdade de Educação como requisito parcial para a obtenção do título Licenciatura em Pedagogia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Marta Lima de Souza

Rio de Janeiro

2023

DAIANE TEIXEIRA DE OLIVEIRA

**A FORMAÇÃO CONTINUADA PARA OS PROFESSORES DA EDUCAÇÃO DE  
JOVENS E ADULTOS POR MEIO DA EXTENSÃO – UM ESTUDO DE CASO**

BANCA EXAMINADORA

---

Professora Dra. Alessandra Nicodemos

---

Professora Dra. Rosangela Moreno

---

Professora Orientadora Dra. Marta Lima de Souza

---

Estudante - DAIANE TEIXEIRA DE OLIVEIRA

## AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, gratidão a Deus, por me sustentar em todos os momentos e me fazer chegar até aqui, não foi nada fácil. A Ele toda a Glória.

Agradecer também à minha família, em especial à minha mãe que foi minha base para que eu pudesse realizar esse sonho que começou sendo meu e depois se tornou nosso, ou seja, esse diploma também é dela.

Quero agradecer também aos anjos que o Senhor Jesus colocou na minha vida para que eu pudesse seguir meu caminho. Eu moradora de Magé, tive que fazer muitos sacrifícios para conseguir pegar esse diploma e sem a ajuda de Selma Teixeira (minha tia), minha amiga querida Dircea (que além de me abrigar na casa dela algumas noites, me ajudava dando suporte no ônibus enquanto eu ia fazendo os trabalhos acadêmicos no celular), Isabela Braz ( que segurou minha mão até o final) e Nathalia Flexa, essas pessoas me acolheram e me deram dormida em suas residências quando eu tinha aula de manhã na faculdade.

À minha amiga Deyse Corrêa que esteve comigo em diversos momentos.

São tantas as pessoas que me ajudaram tanto diretamente quanto indiretamente. Esse diploma é nosso, meu povo! Não posso deixar de fora minha querida e especial orientadora Marta, que não me desamparou e topou essa aventura comigo, sou extremamente grata.

Não posso deixar de agradecer à Professora Alessandra Nicodemos que me aceitou para ser monitora da extensão e por ter fornecido o material para essa pesquisa, sem você essa pesquisa não teria saído, gratidão!

## **Resumo**

Este texto busca destacar os resultados da pesquisa realizada a partir do curso de aperfeiçoamento na extensão “Educação de Jovens e Adultos: docência, sujeitos e saberes” ministrado pelo LIEJA (Laboratório de Investigação, Ensino e Extensão em Educação de Jovens e Adultos) em 2019, visando ao fomento e à relevância da formação continuada para professores da EJA. O problema central do estudo foi: por que é importante a formação continuada? O objetivo geral foi conhecer e compreender a formação continuada de professores para atuar na EJA no estado/município do Rio de Janeiro, a partir da experiência do curso de aperfeiçoamento. Trata-se de pesquisa qualitativa com estudo de caso (SEVERINO, 2014). Os procedimentos de pesquisa foram: questionário enviado por Google Forms para os docentes, análise e discussão dos dados com base na literatura técnica. Visamos destacar o quanto é fundamental para os educadores buscarem uma formação continuada, em especial para os professores que atuam na EJA e que necessitam de um subsídio para exercerem uma nova função para a qual não se sentiam preparados, em sua maioria. As considerações apontaram o quanto fundamental foi para eles o curso realizado pelo LIEJA para respaldar o seu agir cotidiano na EJA. Pautar o nosso agir com conteúdos valorativos e críticos nos possibilita ultrapassar várias barreiras que limitam o processo do nosso fazer profissional.

**Palavras-chaves:** EJA; Formação de professores; formação continuada.

**TÍTULO:** A formação continuada para os professores da Educação de Jovens e Adultos por meio da extensão – um estudo de caso.

## SUMÁRIO

<b>Introdução.....</b>	<b>8</b>
<b>Capítulo 1 – Educação de Jovens e Adultos: breve histórico, formações inicial e continuada.....</b>	<b>10</b>
1.1 Breve história e definição da Educação de Jovens e Adultos - EJA .....	10
1.2 Formação de professores da EJA: inicial e continuada.....	15
1.2.1 Formação Inicial de professores da EJA.....	15
1.2.2 Formação continuada de professores da EJA.....	19
<b>Capítulo 2 – A extensão universitária: A formação continuada de professores - um estudo de caso.....</b>	<b>23</b>
2.1 O LIEJA e a extensão da EJA: o curso de aperfeiçoamento.....	23
<b>Capítulo 3 – A relevância da formação continuada de professores da EJA.....</b>	<b>26</b>
3.1.Tratamento e análise dos dados .....	27

3.2. Resultados e discussões .....	42
<b>Considerações Finais .....</b>	<b>44</b>
<b>Referências .....</b>	<b>45</b>
<b>Anexo.....</b>	<b>48</b>

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho aborda questões relativas à formação continuada em uma análise a respeito da qualidade e da necessidade dessa formação de professores para atuação na Educação de Jovens e Adultos – EJA com a relevância do tema para os docentes que atuam nessa modalidade de ensino da Educação Básica.

A escolha do tema acontece a partir da participação desta pesquisadora como monitora em meados de 2019 no curso de aperfeiçoamento “Educação de Jovens e Adultos: docência, sujeitos e saberes” realizado pelo LIEJA, ao longo de sábados letivos, ao acompanhar a turma em suas aulas. Observa-se que foram abordados conteúdos relevantes e discussões reflexivas a respeito da temática. No decorrer dessa monitoria, cursei a disciplina de Prática de Ensino e Estágio Supervisionada da EJA na UFRJ e pude conhecer um pouco mais sobre essa modalidade de ensino. Assim, depois de muito refletir no final da graduação, juntamente com o suporte de minha orientadora Marta Souza, resolvemos pesquisar sobre a EJA na perspectiva da formação continuada de professores que se encontravam na sala de aula naquele período.

Salientemos que os profissionais da educação devem beneficiar-se de uma formação de qualidade que se ajuste às suas necessidades profissionais em contextos sociais e profissionais em evolução e que repercuta na qualidade do ensino, daí temos o objetivo geral de conhecer e compreender a formação continuada de professores para atuar na EJA no município do Rio de Janeiro, a partir da experiência do curso de aperfeiçoamento desenvolvido pelo LIEJA da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ.

Nosso tema problematizador foi: por que é importante a formação continuada? e baseou-se no fato de que muitos professores com mais de 15 anos de carreira alocados, recentemente, em salas de aula da EJA sendo desafiados a trabalharem com a diversidade e a especificidade desse público, e não se sentindo respaldados somente pela graduação que receberam. Desse modo, muitos professores eram iniciantes nesta modalidade de ensino, diante dessa situação se sentiam pouco preparados, assim como os de outros cursos e/ou licenciaturas que não eram da área da Pedagogia e se sentiam não preparados para exercer a nova função, pois suas licenciaturas não atendiam a uma formação destinada ao trabalho pedagógico com jovens e adultos.

Objetivamos e intencionamos especificamente: apresentar a estrutura do curso de aperfeiçoamento; compreender a importância da formação continuada de professores por meio do desenvolvimento do curso de aperfeiçoamento para os docentes participantes do mesmo.



O estudo tem por premissa ressaltar a importância e a relevância da formação continuada para os professores que se faz imprescindível. Utilizamos para coleta de dados o formulário via Google Forms e a literatura técnica para análise e embasamento de conteúdos. O tipo de pesquisa foi a qualitativa (SEVERINO, 2014) descritiva de um estudo de caso (SEVERINO, 2014) referente ao curso “Educação de Jovens e Adultos: docência, sujeitos e saberes” fornecido pelo LIEJA no ano de 2019. Os procedimentos metodológicos utilizados foram os documentos do curso, a coleta de dados por meio de formulário com questões fechadas para os professores - estudantes. Embasaremos nosso trabalho com referências teóricas sobre a História da EJA, formação de professores e a formação continuada.

A monografia estrutura-se nessa introdução na qual apresentamos a origem do estudo, os objetivos, o tipo de pesquisa e os procedimentos metodológicos. No Capítulo I, “Educação de Jovens e Adultos: Breve Histórico, Formação Inicial e Continuada”, apresentamos um breve histórico, a definição e contextualização da EJA, a formação inicial e continuada. No Capítulo II, A extensão universitária: A formação continuada de professores - um estudo de caso, finalizando o Capítulo III, A relevância da formação continuada de professores da EJA. Observamos o quanto é irremediável a construção de uma nova estrutura na formação de docentes para as práticas de sala de aula, pois, a ausência de formação continuada destes profissionais para lidar com os desafios e especificidades que hoje existem na educação brasileira, em especial na EJA, reflete diretamente na qualidade do ensino para os jovens e adultos na efetivação de seus direitos à educação.

# **CAPÍTULO I**

## **EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: BREVE HISTÓRICO, FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA**

### 1.1 Breve história e definição da Educação de Jovens e Adultos - EJA

Neste tópico abordamos um breve histórico e a definição da Educação de Jovens e Adultos (EJA). Esta modalidade de ensino permite que o aluno maior de quinze anos possa voltar aos estudos formais na perspectiva da “EJA escolar”, portanto restitui ao estudante a possibilidade de efetivar o seu direito humano à educação, inclusive qualificando-o para melhores oportunidades no mundo de trabalho. Tratamos também da trajetória histórica da EJA e das transformações ocorridas a partir de legislações e de políticas públicas com base em um recorte dos anos de 1930.

Todos têm direito à educação, segundo a Constituição Federal de 1934, tal educação é responsabilidade da família e dos poderes públicos, estendendo a brasileiros e também a estrangeiros domiciliados no país (Art. 149). Na Constituição de 1937, apesar do golpe de Estado, o Art. 130 reafirma o ensino primário como obrigatório e gratuito” (BRASIL, 1934, p. 33).

Até 1940, as pessoas que eram analfabetas eram vistas como de baixo senso crítico. A educação para adolescentes e adultos visava dar conta de uma demanda urgente no Brasil que era reduzir a taxa grande de analfabetos com o intuito capacitar com o mínimo de leitura e escrita para trabalharem nas indústrias e serem aptas ao voto.

Em 1947 ocorreu a Campanha Nacional de Educação de Adolescentes e Adultos – CEAA na gestão do presidente general Eurico Gaspar Dutra, pois veio atender a uma demanda política. No governo, a sua principal preocupação era apenas a alfabetização da população, não preocupava-se com a educação básica do povo nem com a escolaridade média ou profissionalizante e, muito menos, com o ensino superior, pois este era pensado para uma parte mais elitizada da população. Ou seja, o que o governo realmente queria era transformar as pessoas em mão-de-obra qualificada para garantir o crescimento da produção industrial, visto que o Brasil estava crescendo a todo vapor nesta área e não podia parar.

Ainda em 1947, Lourenço Filho realizou o I Congresso Nacional de Educação de Adultos no qual foi lançada a Campanha Nacional de Educação de Jovens e Adultos. Depois desse momento, foi criado o Serviço de Educação de Adultos nos Estados e no Ministério, conforme pode se constatar na citação a seguir:

Nos primeiros anos a Campanha foi dirigida pelo educador Lourenço Filho, teve sucesso em várias iniciativas, articulando e ampliando os serviços para diversas regiões do país. Em pouco tempo, abriram-se várias escolas para adultos e foram envolvidos diversos órgãos tanto do governo federal, como do estadual e municipal, além de pessoas voluntárias. O governo federal era o mentor de todo o processo, induzindo as iniciativas nos estados e municípios e distribuindo os recursos em parcelas fixas destinadas à educação primária de jovens e adultos (MACIEL, SANTOS e ROCHA, 2020, p.78-79 ).

Lourenço Filho, em 1948, implementou a Campanha Nacional de Educação Rural - CNER, que contava com a ação conjunta entre o Ministério da Saúde e da Agricultura. O trabalho visava não apenas questões pautadas na alfabetização, pois os objetivos da campanha eram muitos ambiciosos para a época e se dividiam em três etapas. Na primeira etapa previa alfabetizar o sujeito em três meses, na segunda etapa de dois períodos de 7 meses se aplicaria o restante do curso primário intensificado. No terceiro momento haveria uma ação em profundidade de capacitação profissional do indivíduo. A campanha não consegue atingir todos os objetivos propostos nem mesmo a primeira etapa é concluída.

Em 1952, CNER gera um conjunto de ações e projetos educacionais focados na capacitação individual e na formação agrícola do trabalhador rural. Em 1958, a CNER da mesma forma que a outra teve curta duração e não realizou praticamente nada.

A partir de 1958, no segundo Congresso Nacional de Educação de Adultos, realizado no Rio de Janeiro, que contou com a presença de Paulo Freire, que foi a maior expressão do cenário progressista da educação neste acontecimento.

[...] marcava o Congresso o início de um novo período na educação de adultos no Brasil, aquele que se caracterizou pela intensa busca de maior eficiência metodológica e por inovações importantes neste terreno, pela reintrodução da reflexão sobre o social no pensamento pedagógico brasileiro e pelos esforços realizados pelos mais diversos grupos em favor da educação popular adulta para a participação na vida política da Nação (PAIVA, 2015, p. 241)

O Brasil sofreu um golpe militar em 1964. Neste ano, tinha uma proposta pedagógica orientada pelo professor Paulo Freire, que abrangeria todo o Brasil, mas foi recusada e logo após substituída pelo Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL). O MOBRAL foi um projeto do Governo civil-militar, criado pela Lei nº 5.379, de 15 de dezembro de 1967, aqui o governo investiu em larga escala, atingindo o Brasil todo para que o ensino regular não tivesse autonomia, nem suas secretarias do Estado e nem o Ministério da Educação tinham autonomia, pois apoiavam o regime militar e suas atividades. Assim:

Em 1967, foi anunciada a criação da Fundação Mobral (Movimento Brasileiro de Alfabetização), que em 1970 deu início a mais uma campanha de alfabetização de massa. Propunha-se a conduzir a pessoa humana a adquirir técnicas de leitura, escrita e cálculo como meio de integrá-la a sua

comunidade, permitindo melhores condições de vida (CARVALHO, 2010, p. 43).

O Ensino Supletivo teve início em 1971 ao ser criado pelo MEC (Ministério da Educação e Cultura) que priorizava a profissionalização, a atualização e visava preparar as pessoas ao mercado de trabalho. Com a Ditadura Militar em 1971, a educação voltou-se para atender o mercado de trabalho através de uma educação mais técnica. A LDB (Lei de Diretrizes e Bases) assegurava este direito na lei de nº. 5.692/71 no artigo 24 citado a seguir:

O ensino supletivo terá por finalidade:

- a) suprir a escolarização regular para os adolescentes e adultos que não a tenham seguido ou concluído na idade própria;
- b) proporcionar, mediante repetida volta à escola, estudos de aperfeiçoamento ou atualização para os que tenham seguido o ensino regular no todo ou em parte.

O MOBRAL não teve seu objetivo principal atingindo, o de acabar com o analfabetismo no Brasil e não houve outro programa ou campanha de alfabetização de adultos até o final da ditadura. Em 1985 foi substituído pela Fundação EDUCAR, cujo projeto recebeu grande apoio financeiro do governo e de organizações não governamentais, de empresas e milhares de associações sociais, mas sendo extinto em 1990 pelo governo Collor de Mello. Ainda neste governo, no final dos anos 1990, o presidente apresentou o Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania (PNAC) com o intuito de diminuir o índice de analfabetismo em torno de 70% em cinco anos, mas o PNAC não chegou a durar um ano.

Com a instauração de um novo processo político democrático e a nova Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), nº. 9.394/96, foi aprovada e afirmando a Educação de Jovens e Adultos como uma modalidade de ensino da Educação Básica, que possui um currículo diferente dos outros níveis de ensino, pois o público da EJA tem necessidade diferentes dos demais, que tinha a garantia legal da sua efetuação como direito:

Art. 4º O dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de: [...] VII - oferta de educação escolar regular para jovens e adultos, com características e modalidades adequadas às suas necessidades e disponibilidades, garantindo-se aos que forem trabalhadores as condições de acesso e permanência na escola (BRASIL, 1996).

Compreender a EJA como modalidade de ensino da Educação Básica implica romper com a ideia de compensação que caracteriza o ensino supletivo, indo além da alfabetização, e compreendo a EJA como ensino regular. A EJA garante para aqueles que tiveram que

interromper o ensino ou foram interrompidos por n motivos o seu direito à educação como expresso no art. 37 da LDB 9.394/96: “a educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos nos ensinos fundamental e médio na idade própria e constituirá instrumento para a educação e a aprendizagem ao longo da vida” (BRASIL, 1996):

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) apresenta-se como uma modalidade de ensino que foi criada pela grande necessidade de oferecer uma chance a mais na vida de pessoas que por algum motivo não tiveram acesso ao estudo, principalmente ao ensino fundamental. Sua tarefa é estimular jovens e adultos lhes proporcionando acesso à sala de aula (SILVA; QUEIROS; MONTEIRO, 2015, p. 2).

Em 1997, foi divulgado o Programa Alfabetização Solidária (PAS) e o Programa Brasil Alfabetizado que contam com parcerias instituídas entre o governo e instituições públicas e privadas. (MACHADO, 2000). O PAS surgiu no governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, sua proposta inicial era atuar na alfabetização da EJA nas regiões Norte e Nordeste do Brasil, porém conseguiu abranger também as regiões Centro-Oeste e Sudeste, e outros países da África que falam a Língua Portuguesa (MACHADO, 2000).

Em seguida houve a necessidade e, conseqüentemente, a obrigatoriedade da formação de profissionais adequados e com a formação necessária para atuar na educação de jovens e adultos, mas na prática infelizmente não foi assim. o Parecer CNE/ CEB nº 11/2000 diz :

Vê-se, pois, a exigência de uma formação específica para a EJA, a fim de que se resguarde o sentido primeiro do termo adequação (reiterado neste inciso) como um colocar-se em consonância com os termos de uma relação. No caso, se trata de uma formação em vista de uma relação pedagógica com sujeitos, trabalhadores ou não, com marcadas experiências vitais que não podem ser ignoradas. (BRASIL, 2000, p. 58).

O Programa Brasil Alfabetizado, criado em 2003 no governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, teve a proposta de “erradicar” o analfabetismo no país voltado especialmente para o público da EJA. O programa era direcionado para a vida profissional do discente, uma vez que o mercado de trabalho tem exigido mais pessoas qualificadas em diferentes áreas profissionais. (HADDAD & DI PIERRO, 2000). Esse programa assim como outros encontravam-se sob a responsabilidade da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD) mudando a visão da educação nacional Carvalho diz que:

As propostas educacionais do governo Lula para a Educação de Jovens e Adultos estão reunidas na Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad), encarregada de estimular, orientar e coordenar programas educacionais destinados a parcelas específicas da população, como Brasil Alfabetizado, Educação de Jovens e Adultos, Educação no Campo,

Educação Escolar Indígena, ProEJA, ProJovem, entre outros. (Carvalho, 2010, p. 54)

A partir do governo de Dilma Rousseff, que se iniciou em 2011, a presidente segue dando continuidade ao modelo do governo de Lula, referente aos investimentos nas políticas educacionais que visavam reparar os problemas produzidos pelas desigualdades sociais, trazendo para o público da EJA programas que pudessem expandir conhecimento e cursos técnicos, como por exemplo: Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC) instituído pelo Governo no ano de 2011 pela Lei nº 12.513 e o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA).

Já no governo de Temer (2016-2018), a Educação de Jovens e Adultos não foi apoiada no sentido de fortalecimento, pois, o Congresso Nacional aprovou a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 55/2016 que tornou-se Emenda da Constitucional 95 sendo um grande atraso para nossa educação, em especial para os programas educacionais. Congelaram-se os fundos públicos nos patamares no ano de 2016 inviabilizando a realização das metas e estratégias do Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024), prejudicando os recursos destinados à melhoria da educação.

No ano de 2021, foi criada a Resolução nº 01/2021 de 25 de maio de 2021 que na íntegra nos diz:

Art. 31. O Sistema Nacional Público de Formação de Professores deverá estabelecer políticas e ações específicas para a formação inicial e continuada de professores de Educação Básica de jovens e adultos, bem como para professores do ensino regular que atuam com adolescentes, cujas idades, extrapolam a relação idade-série, desenvolvidas em estreita relação com as Universidades Públicas e com os sistemas de ensino. (BRASIL, 2021, p.8)

Nota-se que o artigo 31 da Resolução nº 01/2021 de 25 de maio de 2021 estabelece políticas para que profissionais da educação da EJA possam se qualificar e que através dessa política possa haver um estreitamento de relação entre as Universidades Públicas e outros sistemas de ensino.

No ano de 2020, em especial no mês de março, no mundo e no Brasil foi decretado a pandemia da COVID- 19, na qual tivemos vários setores fechados e um deles foi a escola. Foram tomadas medidas de proteção contra o vírus, sendo preciso que os cidadãos fizessem isolamento social, essa medida impediu que os trabalhadores informais e/ou terceirizados pudessem trabalhar e conseguirem seu próprio sustento. A pandemia estimulou ainda mais a

exclusão social em nosso país, pois aumentou o índice de desemprego, conforme podemos constatar abaixo:

As pandemias não matam tão indiscriminadamente quanto se julga. É evidente que são menos discriminatórias que outras violências cometidas na nossa sociedade contra trabalhadores empobrecidos, mulheres, trabalhadores precários, negros, indígenas, imigrantes, refugiados, sem abrigo, camponeses, idosos, etc. Mas discriminam tanto no que respeita à sua prevenção, como à sua expansão e mitigação. Grande parte da população do mundo não está em condições de seguir as recomendações da Organização Mundial de Saúde para nos defendermos do vírus porque vive em espaços exíguos ou altamente poluídos, porque são obrigados a trabalhar em condições de risco (SOUSA SANTOS, 2020, p. 23).

Devido a essa situação, o ensino para o público da EJA já era considerado difícil, com a chegada da pandemia piorou, pois, a escola foi fechada passando a interação a ser realizada por meios tecnológicos, para os quais a maioria dos alunos não tinha domínio dessas tecnologias nem recursos financeiros para mantê-las ou estas eram ausentes na comunicação com seus professores.

Fica claro que esses fatos históricos, as legislações e políticas públicas no decorrer desta pesquisa nos permitiram visualizar o percurso traçado pela EJA e suas grandes mudanças no decorrer do caminho. Vimos também como o governo tinha poder para fazer um currículo voltado para seus interesses e o desejo para que o analfabetismo fosse diminuído, porém, seu plano era somente de fazer com que essa população apenas aprendesse o suficiente para ler e escrever conforme já foi citado. Foi notório que no decorrer dos anos, mesmo com os programas citados na meta do PNE e com instituições de ensinos públicos e privados, o problema principal da EJA (um ensino de qualidade com profissionais qualificados) ainda assim não foi resolvido.

Portanto, em relação ao modo como o governo vem tratando a EJA historicamente, enquanto direito à educação e como modalidade de ensino da Educação Básica, observa-se não tem sido suficiente, pois são cidadãos que necessitam de um ensino diferenciado referente a bagagem que trazem consigo no decorrer da vida, ou seja, eles precisam mais do que aprender a ler e escrever, eles precisam ter seus direitos garantidos, políticas públicas que funcionem, ensino de qualidade, profissionais de qualidade e assim por diante.

## **1.2 Formação de professores da EJA: inicial e continuada**

### **1.2.1 Formação inicial de professores da EJA**

Para tratar da formação inicial de professores no Brasil também faremos um recorte temporal a partir de 1927. No ano de 1927, por meio da Lei Geral de Ensino, a formação de

professores tornou-se uma preocupação, mediante isso houve a necessidade da criação das escolas normais, essa formação focava mais no ensino das crianças e não tinha uma preocupação necessária com a formação dos demais, ou seja, a formação de adolescentes e adultos, pois como afirma Strelhow:

Neste período, a EJA havia, segundo Strelhow (2010) uma preocupação tirar o adulto analfabeto da ignorância e seu princípio norteador era missionário e caridoso. Muitas vezes, os professores desses jovens e adultos não tinham nem mesmo uma formação normalista, mas tinham sido alfabetizados e acabavam por auxiliar na educação dessas pessoas analfabetas (STRELHOW, 2010; apud SOUZA e QUADROS, 2021, p. 17).

Até então com uma economia basicamente agrária não havia grandes investimentos na formação de professores. A formação de professores sofreu a primeira regulamentação do governo em decorrência da orientação centralizadora da administração estado novista neste período não há grandes investimentos no sistema de educação a partir de 1940 ou via ampliação da educação elementar.

No contexto do pós-guerra e do fim da ditadura Vargas, em 1945, ocorre a necessidade de se ampliar e redemocratizar o país, porém não há introdução de grandes mudanças no Ensino Normal, a educação ainda é conduzida por pessoas sem a formação necessária em sua maioria. Nos anos 50, atendendo a pressões no sentido de democratizar o sistema de ensino, estabeleceram a equivalência de todas as modalidades de curso de nível médio, inclusive o normal. No entanto, a LDB de 1961 não trouxe grandes soluções para o ensino normal. Na conjuntura pós 1964, a literatura educacional teve foco nos conteúdos curriculares e treinamento dos professores de 1967 a 1969. Destacava-se a preocupação com a alegada descaracterização profissional das escolas normais e o desperdício de recursos tendo em vista o pouco interesse ao exercício do magistério. A falta de preparo adequado do professor das escolas normais dificultava a formação dos docentes.

A LDB de 71, estabeleceu diretrizes e bases para o primeiro e o segundo grau e contemplou a escola normal na forma da profissionalização obrigatória transformando-a numa das habilitações nesse nível de ensino, porém a tendência tecnicista desse período sofreu grandes críticas. Nos anos 1980 como parte dessas críticas resultou em uma produção acadêmica que se baseia cada vez mais numa análise de cunho sociológico, não mais pautada em função de abordagens psicológicas ou tecnicistas. Os trabalhos norteavam-se na perspectiva de situar a formação do professor no contexto sócio histórico, adequando a formação e a função da escola na formação de cidadãos críticos.



A partir das perdas políticas, sobretudo no campo educacional até os anos de 1980 e com o término do regime militar em 1985 no país, os intelectuais, estudiosos e a sociedade civil se movimentaram a fim de reivindicar que a nova Constituição Federal, que seria promulgada em 1988, contemplasse a educação como *direito de Todos extensiva aos adolescentes e adultos*:

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL. 1988, p. 115).

Portanto, referente ao direito de todos, esta não conseguiria deixar de atender a modalidade de ensino dos jovens e adultos, de modo que em seu artigo 208 a Constituição Federal de 1988 apresentou a educação como gratuita e que deveria ser estendida aos que não tiveram acesso entre 6 a 14 e 15 a 17 anos: “I - educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria” (BRASIL, 1988).

Apesar de termos uma legislação que abarca o direito à educação para os jovens e adultos e da preocupação com tal necessidade, contudo não existe uma licenciatura específica para formar inicialmente profissionais especificamente para a EJA. O que existe no processo formativo do professor são disciplinas isoladas, com carga horária reduzida, dentro dos cursos de graduação e/ou em cursos de pós-graduação, como nos aponta HADDAD e DI PIERRO:

Os professores que trabalham na educação de Jovens e Adultos, em sua quase totalidade, não estão preparados para o campo específico de sua atuação. Em geral, são professores leigos ou recrutados no próprio corpo docente do ensino regular. Note-se que na área específica de formação de professores, tanto em nível médio quanto em nível superior, não se tem encontrado preocupação com o campo específico da EJA; devem-se também considerar as precárias condições de profissionalização e de remuneração destes docentes (HADDAD e DI PIERRO. 1994, p. 15).

Vale salientar que a EJA vai lutando para ser inserida nos espaços acadêmicos nas faculdades de educação, levando a formação a se ampliar e institucionalizar a EJA como campo acadêmico, a partir do crescimento dos núcleos de pesquisa e extensão voltados para a área no interior das universidades.

Desta maneira, aqui se pode verificar é que a ausência de uma formação inicial torna necessário um investimento maior na formação continuada desses profissionais, de modo que possam conhecer e aprofundar aspectos fundamentais para a EJA como, por exemplo, as questões metodológicas sobre como o adulto aprende ou então as questões psicológicas que possibilitem compreender como se dá o processo de aprendizagem de jovens e adultos. Outro ponto importante é a compreensão de que a EJA não se reduz apenas à alfabetização, sendo

esta uma etapa crucial para os que não foram alfabetizados na idade indicada na legislação, mas também com a função de atender jovens e adultos os expulsos dos ensinos de 6 a 14 e 15 a 17 anos, incluindo as pessoas com deficiência – PcD's.

O não entendimento sobre as especificidades do trabalho pedagógico com jovens e adultos, além de ser reflexo da falta de formação, também pode ser observado na elaboração de materiais pedagógicos para o público da EJA, pois, como podemos notar, não se pode alfabetizar um adulto do mesmo modo que uma criança, visto serem públicos distintos que demandam abordagens didáticas e materiais pedagógicos específicos para cada um.

Pode-se destacar sobre a formação específica para o docente que trabalhará com a modalidade de ensino EJA que, muitas vezes, não há essa exigência, sendo assim, os professores acabam reproduzindo a mesma metodologia e a mesma prática pedagógica realizada com as crianças, tornando a metodologia e o material infantilizados para um adulto. A ausência ou a precarização de políticas públicas para uma formação específica junto à EJA, coloca o docente da modalidade diante de diversos obstáculos que serão enfrentados quando este profissional estiver atuando em sala de aula.

Faz-se crucial para os profissionais que atuam na modalidade de ensino EJA que tenham acesso à formação, à metodologias e aos materiais que atendam às especificidades dos sujeitos dessa modalidade. A falta de políticas públicas adequadas e sistemáticas torna-se um empecilho para que se concretize os objetivos traçados para essa modalidade, já vimos ao longo desse trabalho vários percalços durante o percurso histórico da EJA, mesmo havendo conquistas sempre faltou a efetivação completa dos objetivos educacionais propostos para esta modalidade de ensino tão crucial para nossa população.

Esses desafios eram/são compreender as individualidades destes sujeitos, identificar o diferencial do aluno da educação de jovens e adultos e do aluno da educação básica, não somente pela idade, mas também, em especial sobre a bagagem que esse aluno leva para sala de aula. Segundo Silva, Queiroz e Monteiro (2015, p.2) "o professor da EJA deve redirecionar concepções e conceitos em sua organização pedagógica, considerando as especificidades desse segmento". Ou seja, esse profissional tem de sugerir um ensino que considere a cidadania do aluno, assim como, sua autoestima, seu entusiasmo em se envolver no corpo social, promover situações que o aluno possa desenvolver seu pensamento questionador e reflexivo, sem deixar de lado sua bagagem e suas experiências de vida, pois esses conhecimentos são de suma importância para o seu aprendizado.

Diante dessa situação desafiadora, o docente da educação de jovens e adultos deve procurar meios para estimular seu aluno, com o intuito de que ele compareça à classe,

mostrando como a educação é importante para sua vida. Lembrando que o profissional deve buscar conceitos, metodologias e práticas pedagógicas que às especificidades dos sujeitos da EJA. Ou seja, ele não deve apenas propor uma educação formal do currículo escolar ou uma formação voltada para o mercado de trabalho, mas também, um ensino que amplie a sua cidadania, de modo que possa exercer a sua humanidade na plenitude, que ele possa resgatar sua dignidade humana. Desse modo, a ausência de formação inicial e específica para profissionais da educação realça o valor da formação continuada para os mesmos que irão atuar nesta modalidade de ensino, portanto:

[...] faz-se necessário uma qualificação dos profissionais envolvidos neste processo, é fundamental que a equipe docente esteja bem preparada, por este motivo é extremamente importante uma formação continuada, onde todos tenham a oportunidade de repensar a sua prática. Pois, a formação continuada é um processo possível para a melhoria da qualidade do ensino, dentro do contexto educacional contemporâneo. (RIBAS e SOARES, 2012, p. 5).

Em suma, nota-se que a ausência ou precarização de políticas públicas para a formação inicial dos professores da EJA leva-lhes a buscar um estudo complementar já estando em sala de aula com os seus alunos. Ou seja, a falta dessas políticas específicas deixa o trabalho mais complexo, pois esses profissionais precisam compreender as especificidades das abordagens e dos materiais didáticos destinados ao trabalho pedagógico com jovens e adultos, de modo que este não gerem mais exclusões para aqueles.

### 1.2.2 A Formação continuada de professores da EJA

O docente precisa estar atualizado, não somente em relação aos acontecimentos do mundo, mas também aos conhecimentos curriculares e pedagógicos e às suas tendências educacionais. É notório o crescimento da procura de formação específica para docentes em diferentes áreas de atuação na educação brasileira. A fim de que as transformações aconteçam nos dias de hoje em nossa sociedade possam ser acompanhadas, é necessário um profissional que saiba valorizar do método de ensino, que estimule a reflexão crítica do discente na prática e que esteja sempre à procura de complementar sua formação. Este deve estar comprometido com a função de apresentar a importância da formação continuada com o processo de educação, busca de novos conhecimentos e atualizações e, principalmente, como exercício do saber e do fazer pedagógico na escola onde eles atuam.

A formação continuada torna-se um dos pré-requisitos fundamentais para o docente, pois é através de estudo, pesquisa, reflexão e contato constante com novos conhecimentos que a vai

se constituindo como professor/a, principalmente, pela oportunidade de vivenciar novas experiências, novas pesquisas, novas formas de ver e pensar a prática pedagógica. Nesse sentido, a formação continuada tem sido entendida como um processo permanente de aperfeiçoamento dos conhecimentos necessários à atividade profissional, realizada após a inicial, com o objetivo de garantir uma educação de maior qualidade aos alunos.

De acordo com Nóvoa, “a formação dos professores é um processo contínuo e complexo que exige uma articulação entre teoria e prática, reflexão crítica e ação transformadora (Nóvoa, 1995, p. 17).

Ressaltamos que a formação continuada não exclui a necessidade de uma boa formação inicial, mas para os profissionais que atuam por curto ou longo período torna-se relevante, pois novos conhecimentos, tecnologias e demandas do meio social avançam. E as forças políticas impõem aos profissionais, escolas e estabelecimentos de formação a continuidade e o aperfeiçoamento da formação profissional. Mas, para que a educação continuada realmente atinja seus objetivos deve ser significativa para o docente, conforme afirma Chimentão (2009):

a formação continuada precisa: primeiro, partir das necessidades reais do cotidiano escolar do professor; depois, valorizar o saber docente, ou seja, o saber curricular e/ou disciplinar, mais o saber da experiência; por fim, valorizar e resgatar o saber docente construído na prática pedagógica (teoria + prática) (CHIMENTÃO, 2009, p.4 ).

A valorização da prática cotidiana em sala de aula, bem como o respeito ao saber prévio do aluno são dimensões que viabilizam a efetivação de práticas de ensino de qualidade.

Segundo Pimenta (2002), não se pode iludir que a reflexão sobre a prática e a prática por si só sejam suficientes para resolverem, apropriadamente, todos os problemas que surgem na prática pedagógica. A educação permanente deve atender às necessidades dos educadores no cotidiano, mas não pode ser entendida como uma prescrição, um conjunto de modelos metodológicos e/ou um índice que, quando seguido, é a solução de um problema. O processo de formação continuada é de grande valia se puder aliar pressupostos teóricos e prática educativa. A formação continuada deve ser capaz de conscientizar os profissionais da educação de que teoria e prática são "duas aparências da mesma moeda", que a teoria as ajuda a entender melhor sua prática e a dar sentido a ela e, conseqüentemente, que a prática ajuda a compreender melhor a teoria ou mesmo revela a necessidade de serem complementares.

A formação continuada é um pressuposto que deve ser utilizado para enriquecer o fazer dos profissionais de educação e ajudar a aprimorar suas práticas cotidianas.

A LDB, nº9396/96, traz nos artigos 61, 63 e 67 aspectos relevantes à formação do docente, destacamos alguns:

- O artigo 61 mostra elementos fundamentais no inciso I - “a associação entre teorias e práticas, inclusive mediante a capacitação em serviço”, e no inciso II- “aproveitamento da formação e experiências anteriores em instituições de ensino e outras atividades”.
- O artigo 63, as instituições de ensino superior precisam preservar os cursos para os docentes que atuam na Educação Básica, e para aqueles que possuem diplomas de ensino superior programas de formação pedagógica aos que almejam dar atenção especial à Educação Básica e aos “programas de educação continuada para os profissionais de educação dos diversos níveis” (inciso III).
- O artigo 67, inciso II - “aperfeiçoamento profissional continuado, inclusive com licenciamento periódico remunerado para este fim” e o inciso IV- “período reservado a estudos, planejamento e avaliação, incluído na carga de trabalho”. A lei é clara quando se fala sobre a garantia do direito de dar continuidade a sua formação. Entretanto, esta lei tem destacado como o sistema educacional brasileiro tem incentivado a desvalorização do docente através de seus baixos salários a estes profissionais da educação, acarretando em aumento da carga horária muitas vezes em três turnos, para que possam ter uma vida digna, não dando prioridade a sua formação continuada. (BRASIL. 1996, p. 27-28)

O Plano Nacional de Educação - PNE, lei n. 13.005, aprovado em 2014 e cuja vigência está ocorrendo até 2024, apresenta 20 metas estratégicas para implementar essas propostas. Trata-se de uma ferramenta que visa orientar a implementação e o aprimoramento de políticas públicas no setor educacional, fruto de um amplo debate de diferentes atores educacionais envolvendo a sociedade em geral e o poder público. A meta 16 que visa garantir que todos os profissionais do ensino básico continuem a estudar na sua área de atuação, tem em conta as necessidades, exigências e contextualização do sistema educativo, e também formar 50 % dos professores que atuam na educação básica em nível de pós-graduação. Espera-se que isso seja realizado até 2024, quando este PNE expirar.

Diante de tantos desafios como condições precárias de trabalho, ausência de vínculo empregatício, baixo salário referente ao piso salarial de professores, muitos docentes se veem necessitados de trabalharem três turnos e em diferentes escolas. São inúmeros os desafios que

se apresentam no cotidiano do educador que atua na EJA, pois, muitas vezes não sobra tempo para realizar seu planejamento, rever sua avaliação, realizar pesquisas para que possa ter novos apoios teóricos para utilizar em seu cotidiano. Além disso, para os educadores a formação continuada é importante para que eles possam sentar com seus colegas e trocar ideias e informações a respeito de suas práticas em sala de aula, essa troca de saberes, ajuda e anima o profissional da educação a buscar formas e metodologias mais adequadas para o seu cotidiano.

Talvez a maior vantagem da formação permanente é ela acontecer com educadores que estão exercendo o seu papel numa sala de aula. Isso quer dizer que esses educadores estão enfrentando questões objetivas e reais que exigem deles respostas nem sempre fáceis. Em outras palavras, tais educadores têm perguntas e estão em busca de respostas. Têm, portanto, o primeiro elemento para um trabalho de formação: sentem a necessidade de um melhor desempenho profissional. Quando esse desejo não se manifesta, o primeiro trabalho do formador é ajudar a criá-lo. Sem ele dificilmente a formação dá frutos (BARRETO, 2006, p. 96).

O curso de aperfeiçoamento “Educação de Jovens e Adultos: docência, sujeitos e saberes” tinha como um dos objetivos ratificar compromissos com a formação inicial e continuada desses professores, assim como amenizar a carência formativa desses profissionais que se formaram há muito tempo e que em seus currículos não tiveram espaço para a modalidade da EJA, pois como afirma Barreto:

A ausência da EJA no currículo dos cursos que formam educadores cria, frequentemente, a necessidade de as entidades formadoras desenvolverem um trabalho educativo junto aos seus formadores, para que eles também aprendam fazendo e refletindo sobre a sua prática (BARRETO, 2006, p.100).

O curso realizou-se aos sábados totalizando 72 horas de carga horária na Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) no Campus da Praia Vermelha, com avaliação final e certificado. Privilegiou temas atuais, debates e trocas de experiências e embasamento teórico, constituindo-se em espaço para esses tipos de formação e de modo a garantir lugares para que os docentes pudessem se reunir, dialogar e aprender e ensinar coletivamente.

## CAPÍTULO II

### A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: A FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES – UM ESTUDO DE CASO

Apresentamos neste capítulo um breve histórico sobre o Laboratório de Investigação, Ensino e Extensão em Educação de Jovens e Adultos (LIEJA-UFRJ), a proposta e a metodologia do curso de aperfeiçoamento na perspectiva da extensão universitária, trazendo seus objetivos e o público contemplado com vista à formação continuada para a EJA.

#### 2.1 O LIEJA e a extensão universitária da EJA: o curso de aperfeiçoamento

O Laboratório de Investigação, Ensino e Extensão em Educação de Jovens e Adultos (LIEJA-UFRJ) vincula-se à Faculdade de Educação da UFRJ e possui em um espaço intra e interinstitucional de ações com foco na área da Educação de Jovens e Adultos. Fundado em abril de 2010, suas atividades são voltadas para ações de cunho acadêmico e político que se traduzem nos seguintes objetivos:

- Sistematizar e produzir conhecimento científico em EJA a partir das atividades de ensino, pesquisa e extensão;
- Elaborar subsídios teórico-metodológicos visando à formação de professores de EJA comprometidos com projetos emancipatórios de sociedade, nos quais o compromisso com a Educação Básica e a escola pública tenha relevância;
- Aprofundar e ampliar a relação teoria e prática por meio da reflexão e da integração das atividades de ensino e pesquisa à extensão;
- Articular pesquisadores, professores e alunos de graduação e pós-graduação, internos e externos à UFRJ, que produzam conhecimento científico na área;
- Promover e participar de eventos científicos na área, divulgando a produção teórica e empírica;
- Articular uma rede de escolas públicas em EJA, por meio do desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão. (LIEJA, 2019, p. 1)

No ano de 2019, o LIEJA/UFRJ ofereceu o curso de aperfeiçoamento, no âmbito da extensão universitária, com vistas à formação continuada de professores da EJA na Educação Básica. Os docentes que atuaram no curso eram professores e coordenadores vinculados ao laboratório, às outras universidades públicas e aos professores do município do Rio de Janeiro.

O tema do curso foi a “Educação de Jovens e Adultos: docência, sujeitos e saberes”, sendo desenvolvido nos meses de agosto a dezembro de 2019 por meio de 12 encontros de 6 horas cada, totalizando uma carga horária de 72 horas com temas específicos.

Este curso estava amparado por lei, pois há uma permissão concedida pela Constituição Federal de 1988, pela LDBEN 9394/96, pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação de Jovens e Adultos (Parecer 11/2000) e pelo Conselho Nacional de Educação (Resolução 1/2000) que traça a indivisibilidade entre a extensão, o ensino e a pesquisa, destaca-se na introdução, nas finalidades, na forma de fazer e a relação obtida através da avaliação dos aspectos consonantes.

Em relação ao público contemplado na proposta disponibilizada pelo curso foram beneficiados sessenta (60) professores que atuavam na rede pública de ensino e em movimentos sociais que já atuavam ou pretendiam atuar na modalidade EJA.

A proposta do curso, sob a coordenação da professora Doutora Alessandra Nicodemos, estava vinculada à etapa de aperfeiçoamento, sem fins lucrativos, nem mensalidades ou recursos financeiros. O objetivo principal era ofertar um curso de formação continuada aos professores da Educação Básica das redes públicas e dos movimentos sociais na modalidade da Educação de Jovens e Adultos, de modo que esses profissionais recebessem formação específica para atuar na alfabetização de adultos e nas etapas de fundamental e média da Educação de Jovens e Adultos no processo de escolarização levando em consideração cada realidade e diversidade apresentada por seus alunos como uma inclusão social efetiva.

Foram oferecidas 60 vagas para os professores e a inscrição teve seu início em 20 de junho de 2019 e terminou no dia 15 de julho de 2019, segundo o edital disponibilizado pela Instituição. Houve formação de uma turma na qual os candidatos para fazerem a inscrição enviaram e-mail para um endereço determinado. A divulgação ocorreu pelas redes sociais e por e-mail atingiu cerca de 257 bairros do estado do Rio de Janeiro.

Em relação à proposta do curso destacaram-se o modo de trabalho e as visões dos profissionais que trabalham com os jovens e adultos, por meio do tripé da Universidade (pesquisa, ensino e extensão), assumem o compromisso e a responsabilidade com práticas que contribuam para a característica social do ensino designada a esse público. Além das questões que atravessam a prática pedagógica do docente desta modalidade de ensino (condições inconvenientes de trabalho, falta de vínculo empregatício, salário mais baixo que o piso de professores, dentre outros), a carência de habilitação para o professor, afetam a qualidade e os frutos das ações em relação à alfabetização e à escolarização na EJA. Mesmo os docentes habilitados para exercerem seus papéis como professores, grande parte, não tiveram formação



para alfabetização nem para o segundo segmento do ensino fundamental ou ensino médio da EJA, o que pode influir na efetivação do direito à Educação Básica de milhões de brasileiros, visto que esta ausência de formação pode levar a uma exclusão dos estudantes em função da não compreensão de suas especificidades.

Quanto ao processo de avaliação, para ser aprovado no curso, o professor-aluno deveria ter obrigatoriamente um mínimo de 75% de frequência, ou seja, se ele tivesse uma carga horária menor que essa, não receberia o Certificado que seria emitido pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Além disso, o curso contava também com a participação de quatro alunos extensionistas de cursos de licenciatura da UFRJ e que contribuíram no desenvolvimento da parte estrutural-pedagógica do curso. Um dos meios de avaliação foi a contribuição das discussões para a aprendizagem, pois a avaliação deve simbolizar o compromisso com o aprendizado, que serve para acompanhar frequentemente o desenvolvimento dos professores-alunos, revelando dificuldades e avanços. Diante disso, a proposta de avaliação era teórico-metodológica para que os cursistas pudessem compreender como é a forma e o conteúdo no processo de ensino-aprendizagem. Houve também uma avaliação final em forma de trabalho único para os cursistas após os 12 encontros presenciais.

A metodologia adotada implicou o trabalho de formar docentes, tendo como base os três pilares da Universidade: pesquisa, ensino e extensão, dessa forma assumindo uma relação inseparável entre a teoria e a prática, de modo a ter como eixo principal a pesquisa no processo de formação. Outras probabilidades formativas foram concebidas, para que esses professores-alunos pudessem ter a oportunidade de averiguar sua própria prática e que se instituíssem como professores-pesquisadores de seu dia a dia em seu ambiente de trabalho.

O conteúdo programático presente na estrutura curricular dos 12 encontros do curso, se organizou com os seguintes temas: Professor-Pesquisador da EJA e suas escritas; História e Legislação da EJA; EJA em contextos de privação e restrição de liberdade; Currículos na EJA; Práticas Pedagógicas na EJA; Processos de Juvenilização na EJA; Mundos do Trabalho na EJA; Alfabetização e Letramento na EJA; Pedagogia Freiriana e Educação Popular; Educação Matemática Crítica e Etnomatemática na EJA e Demandas de Políticas Públicas em Educação de Jovens e Adultos no Rio de Janeiro.

### CAPÍTULO III

#### A RELEVÂNCIA DA FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES DA EJA

Neste capítulo apresentamos a metodologia utilizada na pesquisa, analisamos os dados provenientes do questionário em diálogo com o referencial teórico que embasa o estudo.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para EJA, Parecer n.11/2000, trazem discussões relativas à sua regulação, às questões como definição dos limites etários, à formação de educadores com foco em EJA, à definição de um sistema de alcance nacional para este segmento, ao estabelecimento de modelos de avaliação com metodologias específicas a serem utilizadas na formação de jovens e adultos e ainda há aproximação com cursos técnicos. A EJA se concretiza na garantia de formação integral, da alfabetização e das demais etapas de escolarização. A EJA possui uma igualdade de condições em relação às demais etapas e modalidades da educação básica que prevê a implantação de um sistema integrado de monitoramento e avaliação, uma política específica de formação permanente para o professor que atue nessa modalidade de ensino.

O Ministério da Educação homologou em maio de 2021, a resolução nº 01/2021, que instituiu as diretrizes operacionais para educação de jovens e adultos nos aspectos relativos ao seu alinhamento à Política Nacional de Alfabetização (PNA) e à Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e Educação de Jovens e Adultos à distância, destacamos alguns pontos:

- a duração dos cursos e a idade mínima para ingresso;
- a forma de registro de frequência dos cursos;
- a certificação para os exames.

Em seu artigo 31, lê - se:

O Sistema Nacional Público de Formação de Professores deverá estabelecer políticas e ações específicas para a formação inicial e continuada de professores da educação básica de jovens e adultos, bem como para professores do ensino regular que atuam com adolescentes, cuja idade extrapolam a relação idade-série, desenvolvidas em estreita relação com as universidades públicas e com o sistema de ensino ( Brasil, 2021, p. 8).

A despeito das questões que a legislação acima traz para a EJA, interessa à pesquisa o destaque sobre a formação de professores por meio de políticas e ações específicas para formação inicial e continuada que vai ao encontro do estudo em tela que tem por premissa ressaltar a importância e relevância da formação continuada para os professores da EJA.

Trata-se de uma pesquisa qualitativa (SEVERINO, 2014) com base em um estudo de caso (SEVERINO, 2014) referente ao curso de aperfeiçoamento “Educação de Jovens e

Adultos: docência, sujeitos e saberes” realizado pelo LIEJA em 2019. Os procedimentos metodológicos utilizados foram questionários para a coleta de dados, a literatura técnica, os documentos do curso disponibilizados pela professora doutora Alessandra Nicodemos, coordenadora do curso. O questionário foi realizado pelo formulário do Google Forms com questões fechadas e enviadas pela mesma plataforma aos professores-estudantes. Os dados coletados foram confrontados com as referências teóricas sobre a história da EJA, a formação inicial e continuada de professores.

Por ser configurado como um estudo de caso, a pesquisa destinou-se a um grupo fechado, ou seja, aos cursistas que participaram do curso de aperfeiçoamento em 2019. Os cursistas eram professores do estado e do município do Rio de Janeiro que estavam atuando entre um e quinze anos em turmas na EJA e em diferentes etapas de ensino dessa modalidade.

Para a coleta de dados e o diálogo com os estudantes sobre o curso, enviamos o formulário do Google Forms por e-mail para os 52 participantes que constavam na pauta do curso. O envio ocorreu no dia 19/09/2022 e demos um prazo de 30 dias para que pudessem responder. Após o prazo estabelecido e em função do baixo retorno de quatro (4) formulários, prorrogamos o envio até o dia 28/10/2022. Ao prazo final, totalizamos nove (9) respostas que deram origem ao material coletado e que foi analisado a seguir.

### **3.1. Tratamento e análise dos dados**

O questionário foi composto por 26 perguntas que abordam questões como idade, etnia, formação, tempo de formação, contribuições do curso de aperfeiçoamento para a sua formação, formação continuada e o trabalho com a EJA entre outras e encontra-se em anexo.

Em relação à idade, cinco participantes tinham 46 anos ou mais; dois tinham entre 36 e 45 anos; dois entre 26 e 35 anos. Portanto, 55,6% têm mais de 46 anos, 22,2% têm mais de 36 anos e 22,2% têm mais de 26 anos, como pode-se observar o gráfico 1 abaixo:

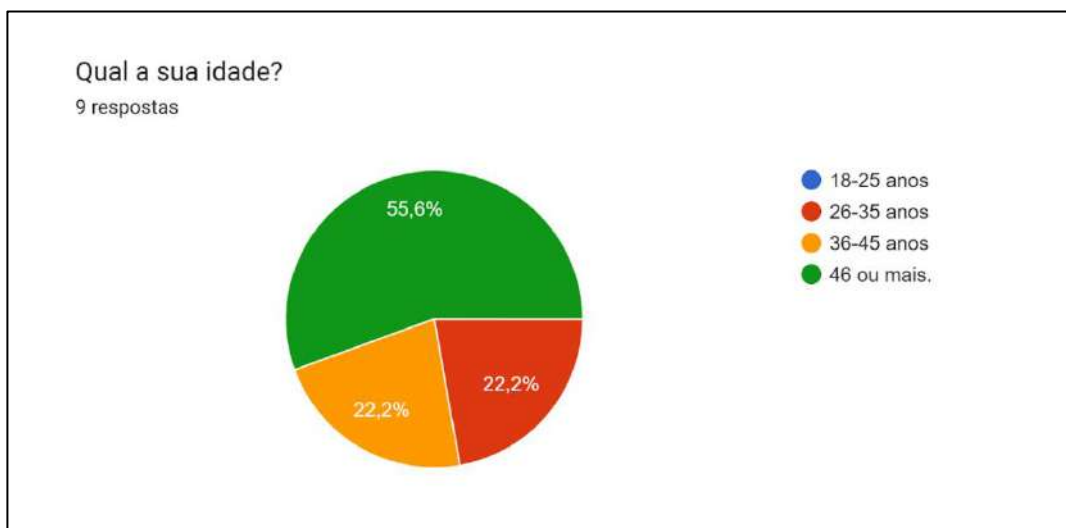


Gráfico 1: Material de pesquisa, Oliveira, 2023.

Observa-se que a maior parte dos participantes apresentava idade superior aos 46 anos ou mais. Nesse sentido, podemos configurar que esse grupo era também um conjunto de pessoas mais adultas na perspectiva da função qualificadora da EJA, da sua formação permanente. A formação continuada de professores é primordial para assegurar a atuação de profissionais mais preparados e capacitados dentro das salas de aula. Possibilitando dessa maneira uma educação de qualidade para os alunos.

Segundo Freire (2021), é na formação permanente dos professores, o momento fundamental de reflexão crítica sobre a prática. É pensando criticamente a prática de hoje ou de ontem que se pode melhorar a próxima prática. É necessária a reflexão crítica de nosso agir profissional.

Beheres e Fedel (2019, p. 5. apud Alves, 2021, p. 56) defendem que durante o processo de formação é importante que os professores desenvolvam a sua capacidade reflexiva que para eles torna-se parte inerente da prática docente, a qual surge a partir da sua ação dotada de sentido sobre o seu fazer pedagógico no contexto escolar em que atua. Portanto, cabe à escola e ao corpo docente oferecer um processo de escolarização, que seja eficiente e eficaz, que seja condizente com a realidade de cada indivíduo e um ensino que crie reais possibilidades de aprendizagem tornando um ensino de qualidade.

Para Freire (2021), ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua produção ou a sua construção. Para que isso aconteça se faz necessário que o docente busque a formação continuada, ele diz:

Se na experiência de minha formação, que deve ser permanente, começo por aceitar que a forma que o formador é o sujeito em relação a quem me considero o objeto por ele formado, me considero como um paciente que recebe os conhecimentos - conteúdos- acumulados pelo sujeito que sabe e são a mim transferir (Freire, 2021, p. 12).

Percebe-se assim a relevância da formação continuada para os docentes, pois ela fornece subsídios para nossas práticas educativas cotidianas, em especial destacamos extrema importância da formação continuada para educadores de jovens e adultos para a diminuição do analfabetismo e a efetivação da escolaridade básica no nosso país.

Isto se fundamenta no pensamento que predomina fortemente em nosso trabalho de pesquisa que demonstra que os docentes, participantes do curso de extensão educação de jovens e adultos : docência, sujeito e saberes não se sentiam aptos para atuarem na EJA mesmo tendo graduação e experiência no magistério. Houve a necessidade de subsidiar e enriquecer o seu fazer profissional, através da formação continuada oferecida no curso de extensão que se fez fundamental para esses docentes.

Quanto ao gênero, cinco responderam feminino e quatro masculino. Neste grupo há uma predominância de mulheres. Ou seja, 55,6% dos cursistas são do público feminino e 44,4% deles são masculino, conforme gráfico abaixo:

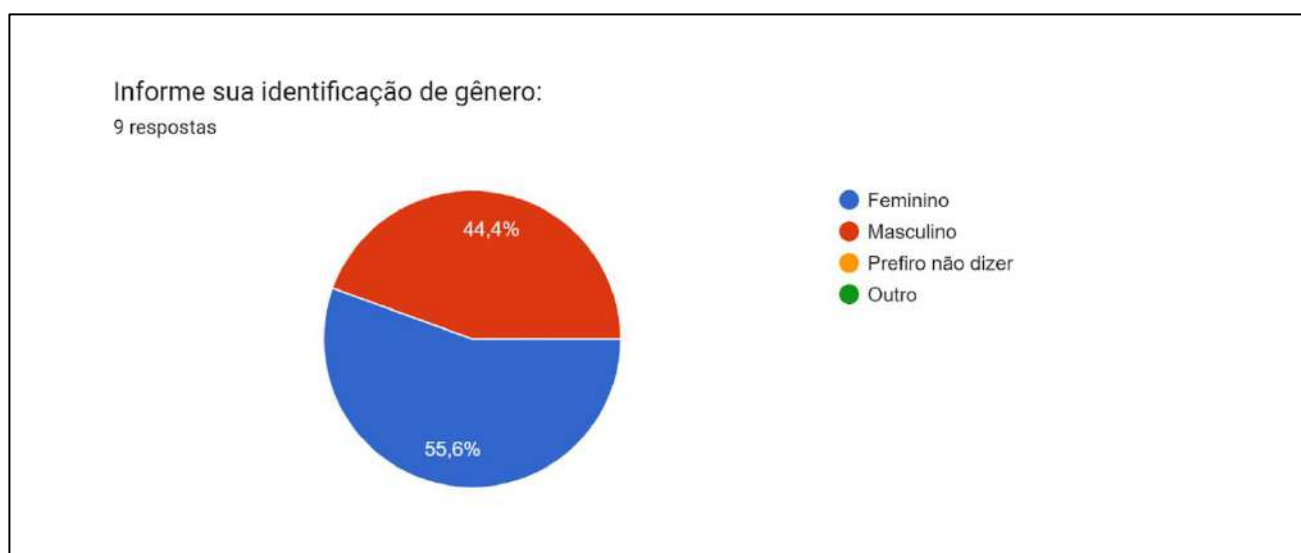


Gráfico 2: Material de pesquisa, Oliveira, 2023.

Segundo Codo (1999), uma grande presença feminina na profissão docente está relacionada à expansão do sistema educacional no país a partir da segunda metade do século XX, acompanhada da necessidade de recrutamento de trabalhadores para o ensino. Apesar de ser uma atividade desempenhada por ambos os sexos, naquela época, acreditava-se que a

mulher poderia desenvolver melhor a tarefa devido ao fato de já exercer em seu domicílio o papel de cuidadora e educadora dos filhos, aspectos considerados inerentes à atividade docente, portanto, historicamente e socialmente este espaço é reservado à mulher. Vários são os fatores que contribuem para a formação identitária da mulher como docente, gênero, idade, etnia e condições econômicas e suas vivências nos espaços privados (lar) ou intelectual (escolar). Tudo isso faz parte de sua identidade docente. A feminização da profissão docente é vista, no contexto atual como um fator de desvalorização profissional da carreira docente, ainda existe uma grande segregação.

Vale salientar, que é questão de gênero, isto é, a maneira como é assumir a diferença social entre homem e mulher ainda hoje é utilizada como apoio para as desigualdades sociais existentes. São diversos os fatores para a precarização da profissão de docentes no Brasil. Nos aponta Lucke & Boing ( 2004. p. 1160) "a profissão docente exhibe, mesmo aos olhos do observador comum, sinais evidentes de precarização, visíveis pela simples comparação com datas passadas.

Quanto à cor/etnia, por autodeclaração, os respondentes se autodeclararam: seis que eram brancos e três como pretos/pardos. Ou seja, 66,7% dos cursistas se autodeclararam brancos e 33,3% são pretos/pardos, de acordo com o gráfico abaixo:

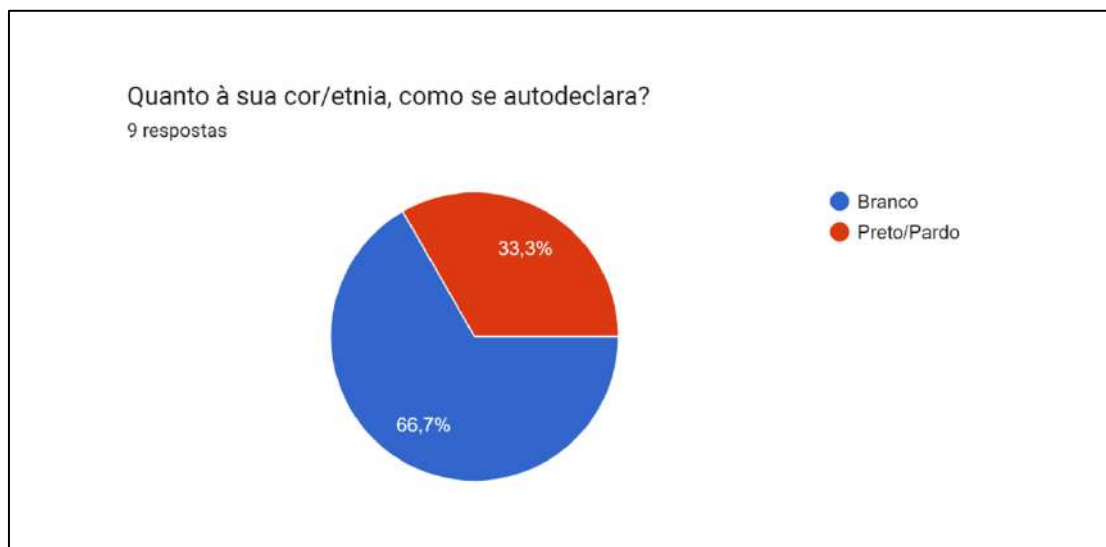


Gráfico 3:Material de pesquisa, Oliveira, 2023.

Salientamos que a UERJ (Universidade do Estado do Rio de Janeiro) foi a primeira universidade pública a adotar uma política de cotas para negros, em 2012, a partir da Lei Estadual aprovada pela Assembleia Legislativa. Nossa pesquisa deixa evidente através dos

resultados que o predomínio ainda continua a ser de brancos, com acesso recursos e graduação, desse ponto de vista, a política de cotas tem uma fundamental importância, pois como parte de uma estratégia de promoção de igualdade e diversidade nas instituições produz impactos objetivos e subjetivos importante para a superação do preconceito e da discriminação, ou seja, podem, por exemplo, aumentar o número de estudantes e professores negros no ensino superior e na representação política. Atualmente, as políticas de cotas vêm sendo aplicadas no Brasil, nas universidades públicas federais e estaduais.

Os dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) apontam que graças às políticas educacionais de inclusão dos governos Lula e Dilma 2003-2016, estudantes pretos e pardos que compõem a população negra se tornaram, pela primeira vez, maioria no ensino superior público. De acordo com o informativo desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil, os negros representam 50,3% dos alunos de faculdades e universidades públicas desde 2018. Apesar de corresponderem a 55,8% dos brasileiros, é a primeira vez que Pretos e Pardos dominam as matrículas dessas instituições. Essa melhora é reflexo das políticas públicas que proporcionaram o acesso e a permanência da população negra e parda na rede de ensino, há uma trajetória de melhora desde 2016. Vale salientar, que isso se reflete em menor atraso escolar porém a nota negativa do levantamento é que os rendimentos de pretos e pardos se mantém bem abaixo do segmento de brancos.

Apesar da previsão de direitos e deveres, passados mais de 30 anos, as estatísticas nacionais não deixam dúvidas sobre os desafios enfrentados pelo país para assegurar a educação de todos. Considerando as realidades sociais em nosso país, a desigualdade também aparece no perfil das turmas de Educação de Jovens e Adultos (EJA). De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2020, 20,2% dos jovens de 14 a 29 anos não concluíram a educação básica, dentre os quais 71,7% são negros (pretos e pardos). Já em relação às taxas de analfabetismo, apesar de registrarem queda geral desde 2016, o país ainda possui 11 milhões de pessoas que não dominam plenamente a leitura e a escrita.

As pesquisas já realizadas nos norteiam para a relevância das políticas públicas de inclusão e a necessidade de construir políticas concretas de igualdade. Ou seja, o caminho de mudança começa pelo combate às desigualdades sociais. A representatividade de educadores negros e pardos contribuem para a construção e valorização da identidade também da autoestima dos afrodescendentes, pois quando ele se reconhece nos educadores através de sua cor de pele e trajetória ele percebe que mesmo com inúmeras dificuldades ele pode também ser um sujeito com representatividade social ele se, sente valorizado representado na sociedade. os

educando os educadores negros e pardos tem um papel social especial, pois eles representam para os educandos negros e pardos no espelho, no caminho do que eles também podem alcançar.

Quanto ao lugar de nascimento, cinco são da Capital. Dois são da Região de Niterói e Baixada Litorânea, um é da Baixada Fluminense e um respondeu Outros, pois, este é natural da Paraíba conforme nos mostra o gráfico abaixo:

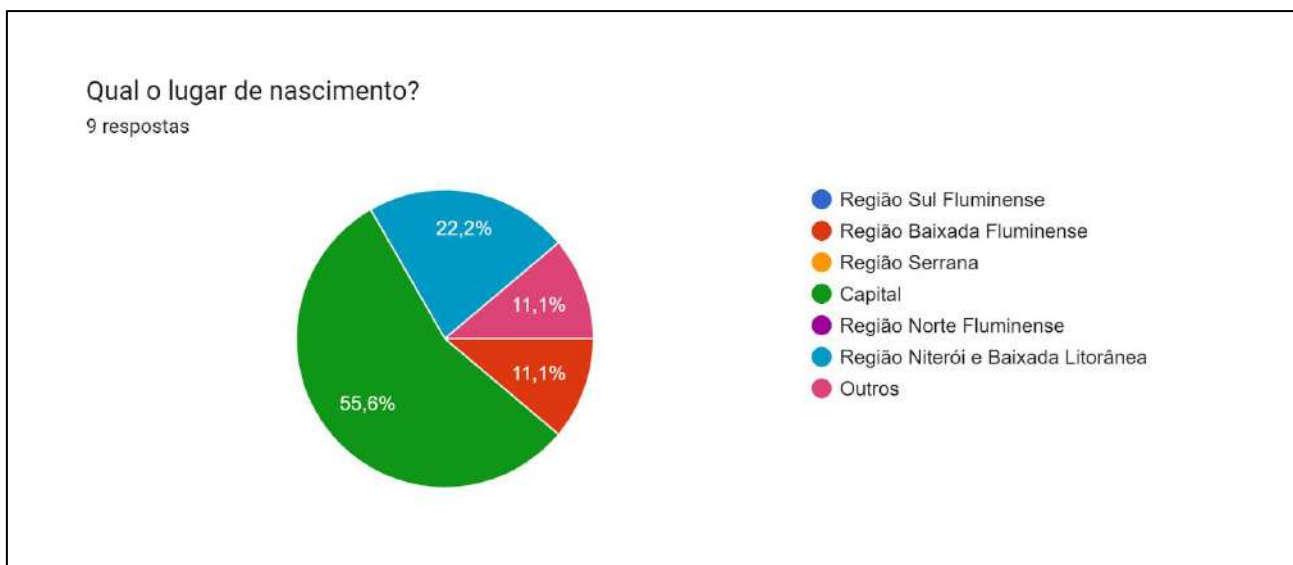


Gráfico 4:Material de pesquisa, Oliveira, 2023.

Em relação ao local de residência na época em que faziam o curso, seis cursistas responderam que residiam na capital do estado, dois na Região de Niterói e Baixada Litorânea e um na Baixada Fluminense. Sendo assim, esse número em porcentagem fica da seguinte forma 66,7 % residiam na capital do estado, 22,2% na Região de Niterói e Baixada Litorânea e 11,1 % na Baixada Fluminense, conforme nos mostra o gráfico abaixo.



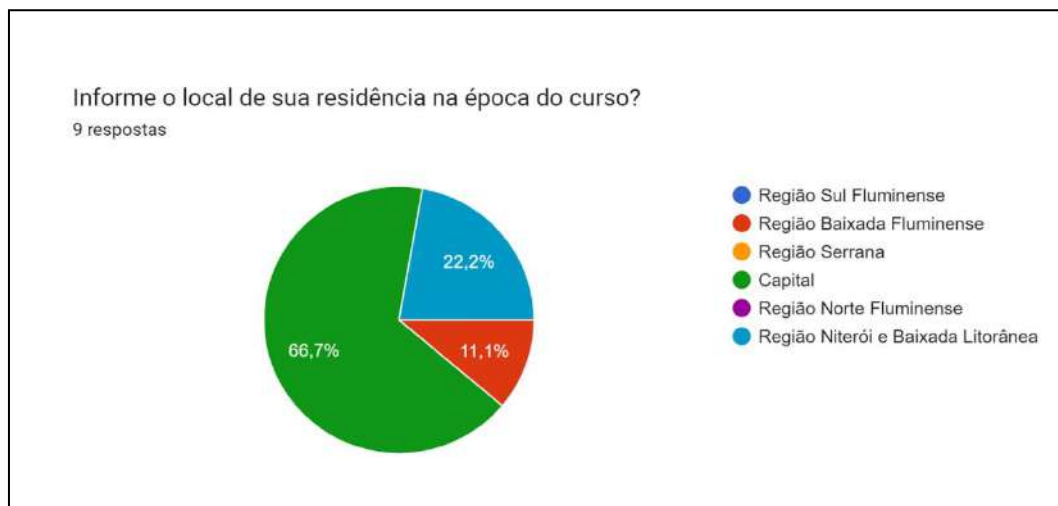


Gráfico 5:Material de pesquisa, Oliveira, 2023.

Para quem mora no Rio de Janeiro, principalmente na capital, há mais flexibilidade em relação à mobilidade urbana dos demais que não moram na capital, pois, tem vantagens na hora de se locomover, cujo a distância da sua residência ao trabalho e/ou a faculdade é menor, sendo assim, não gasta tanto tempo nem dinheiro nos transportes públicos, otimizando seu tempo e os recursos financeiros. O que, geralmente, não acontece para os que moram na Região de Niterói e Região da Baixada Fluminense, por exemplo. Sendo assim, aos que moram na capital, muitas vezes têm mais oportunidades em diversas áreas por morarem na mesma região do curso.

Quanto à formação inicial dos cursistas, quatro eram licenciados em Letras, dentre eles um em Letras/Inglês, dois eram licenciados em Geografia, um deles tinham Bacharel em Geografia, um licenciado em História, um licenciado em Ciências Biológicas e um cursista informou que fez graduação na Universidade Santa Úrsula e pós-graduação na Universidade Gama Filho e na UERJ, porém não informou o curso.

Referente a formação continuada no período que eles faziam o curso, cinco deles já tinham Pós-Graduação, dois tinham Mestrado e dois não tinham formação continuada no período do curso, conforme nos mostra o gráfico abaixo:

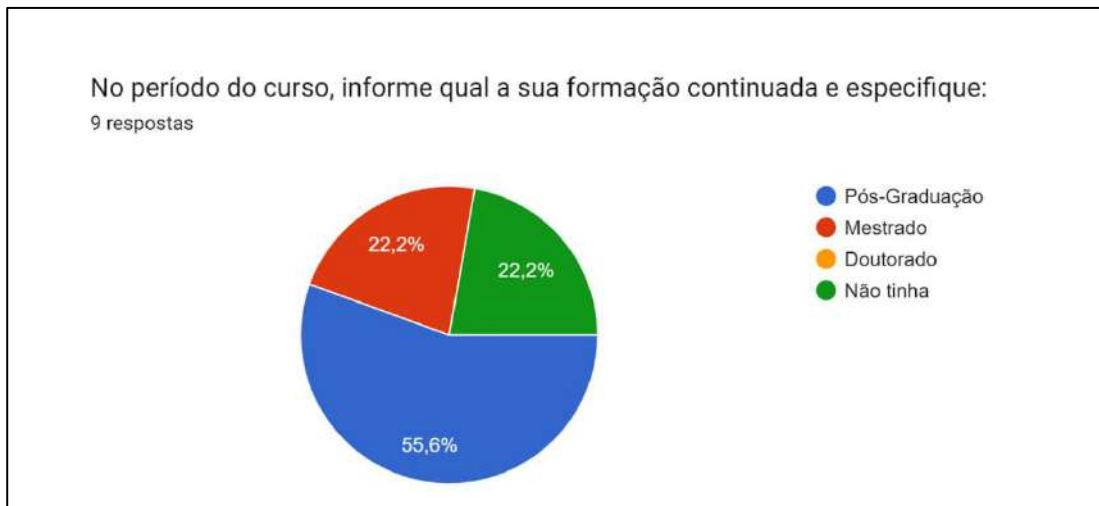


Gráfico 6:Material de pesquisa, Oliveira, 2023.

Quanto ao tempo de atuação na EJA, tivemos as seguintes respostas. Cinco deles atuavam entre 0-5 anos na EJA, um deles atuava entre 6-10 anos na EJA, dois deles atuavam entre 11-15 anos na EJA e um deles atuava na EJA há mais de 15 anos, conforme podemos observar no gráfico abaixo:

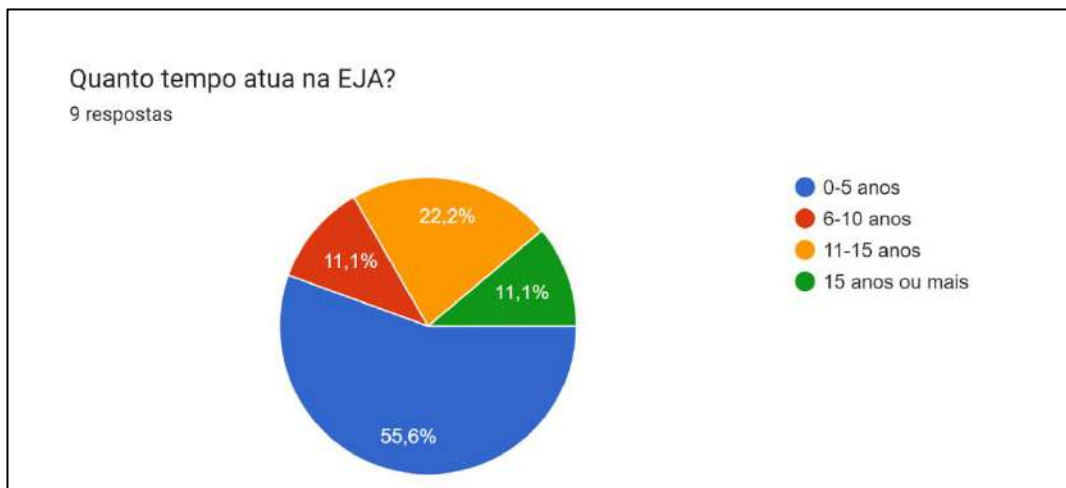


Gráfico 7:Material de pesquisa, Oliveira, 2023.

Referente a rede de ensino que atuavam na época que faziam o curso, as respostas foram as seguintes. Oito atuavam na rede Municipal, um atuava na rede estadual, três atuavam na rede particular e um atuava em movimentos sociais. Pode-se observar que dentre os nove cursistas que responderam o nosso questionário, eles marcaram mais de uma opção apresentada, conforme nos mostra o gráfico abaixo.

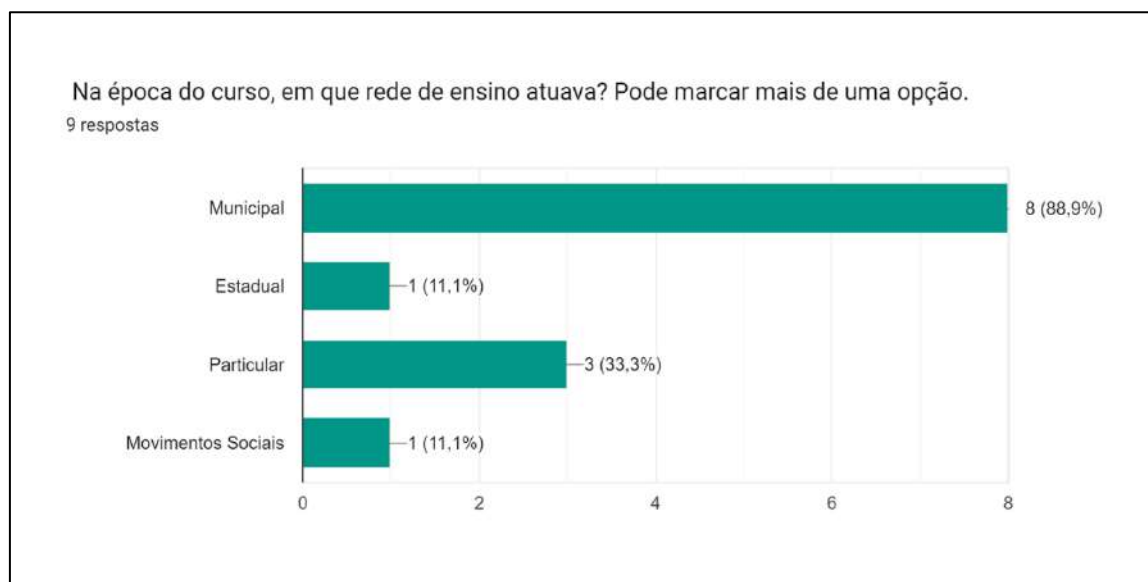


Gráfico 8:Material de pesquisa, Oliveira, 2023.

Em relação a etapa/nível de ensino que atuavam quando participaram do curso, podendo marcar mais de uma opção. As respostas foram as seguintes: um cursista atuava nos anos iniciais, 6 a 10 anos; três cursistas atuavam nos anos finais, 11 a 14 anos; três cursistas atuavam no Ensino Médio, 15 a 17 anos; um cursista atuava nos anos iniciais da EJA; sete cursistas atuavam nos anos finais – EJA; três cursistas atuavam no Ensino Médio – EJA. Não tivemos cursista no Ensino Médio Profissionalizante – EJA; um cursista atuava no Ensino Médio Técnico e uma atuava como professora orientadora. Vale salientar, as diferenças entre o ensino técnico e o profissionalizante que é o caráter oficial dos cursos técnicos que são reconhecidos pelo MEC, o que não acontece no caso dos cursos profissionalizantes.

O ensino profissionalizante inicia o estudante em uma futura carreira no momento de trabalho por meio de cursos extracurriculares. Eles normalmente são de curta duração, podendo ser realizado de forma de educação (integral) na mesma instituição de ensino, ou ser cursado em instituições distintas. O curso técnico dura mais tempo do que o profissionalizante, podendo ser feito entre um ou dois anos. Tem uma carga horária maior e conteúdos mais amplos e mais aprofundados, seus temas e conteúdos são voltados tanto nas partes teóricas e práticas é necessário estar cursando ou ter cursado o ensino médio, o que não é necessário para os cursos de formação profissionalizante.

Recomenda-se que os alunos comecem essas fases de ensino aos 15 anos e finalizem aos 17 anos. Porém é comum iniciar ou terminar com idades mais avançadas, fenômeno conhecido como distorção idade-série que ocorre comumente na EJA.

Pode-se observar que dentre os nove cursistas que responderam o nosso questionário, eles marcaram mais de uma opção apresentada, ou seja, existe professores que trabalham em mais de uma etapa/ modalidade de ensino, conforme nos mostra o gráfico abaixo.

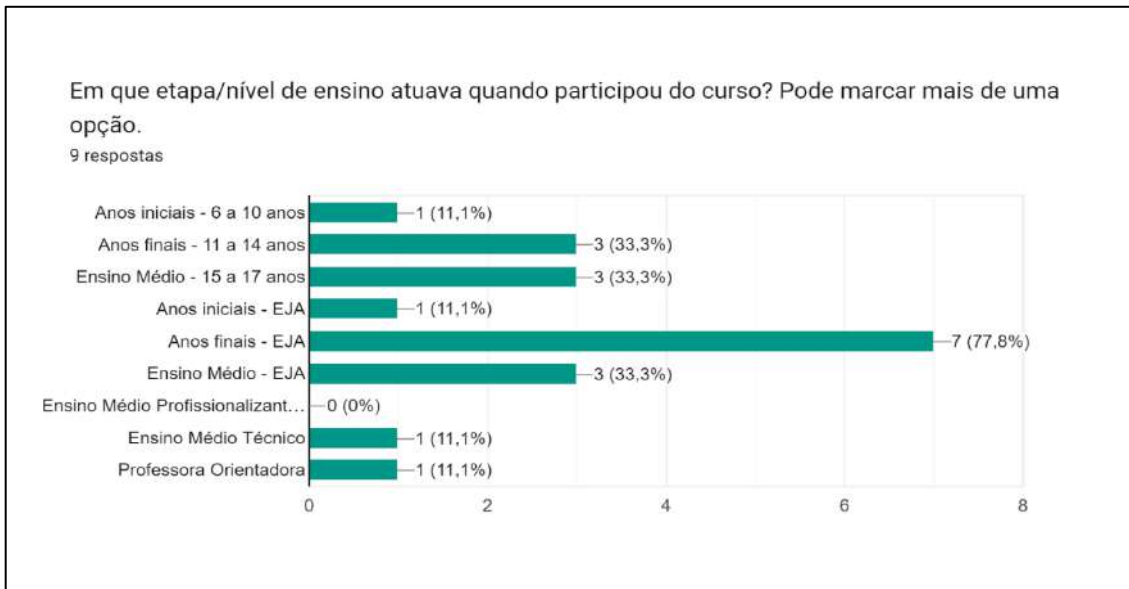


Gráfico 9: Material de pesquisa, Oliveira, 2023.

Quanto ao(s) turno(s) que trabalhava, quando participou do curso, podendo marcar mais de uma opção. Manhã; Tarde ou Noite. Sete deles responderam que trabalhavam de manhã, seis responderam que trabalhavam à tarde e oito responderam que trabalhavam à noite. Pode-se observar que dentre os nove cursistas que responderam ao questionário, eles marcaram mais de uma opção apresentada, conforme nos mostra o gráfico abaixo.

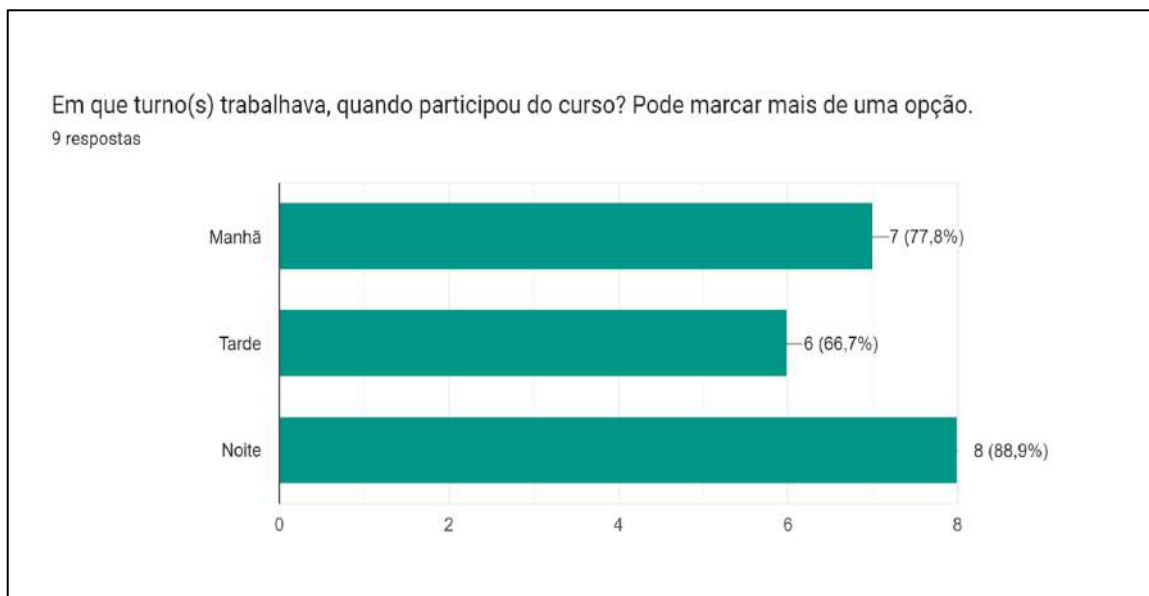


Gráfico 10: Material de pesquisa, Oliveira, 2023.

Em relação aos turnos de trabalho dos docentes, observa-se uma possível precarização do trabalho docente devido às condições salariais, o que acaba por implicar em questões como a carga horária executada, haja visto que o número de escolas e turnos em que atuam e o número de hora/ aula que assumem, sobretudo afetam o seu agir profissional.

Muitos dobram a jornada, principalmente no contexto atual de falta de docente tanto nas redes públicas municipais e estaduais, estes fatores precarizam o cotidiano tanto do docente e do discente, pois traz consequências para ambos em seus desempenhos. Isto acontece principalmente pela necessidade que o docente tem de uma remuneração mais adequada à sobrevivência e uma formação continuada que muitas vezes não consegue iniciar ou concluir por fatores como a falta de tempo e a questão econômica.

Quanto ao significado que o curso trouxe aos cursistas, em suma eles responderam que: “foi necessário para repensar conceitos”, “abrir horizontes”, “para melhorar a formação profissional” e “aprofundar o conhecimento em EJA”.

Em relação à contribuição do curso, oito cursistas responderam ótima, apenas um respondeu boa. Podemos observar que nesta questão obtivemos respostas positivas, conforme podemos ver no gráfico abaixo:



Gráfico 11: Material de pesquisa, Oliveira, 2023.

Referente à justificativa da questão anterior, em suma, os cursistas responderam que o corpo docente que foi apresentado no decorrer do curso, foi excelente. “Houve trocas de experiências, espaços para discutir diversos assuntos referente à EJA, puderam ouvir experiências, o curso foi enriquecedor, local de muito aprendizado e de fazer novos amigos”.

Para Freire ( 2021, p. 38), "a formação do educador deve ser permanente e sistematizada porque a prática se faz e refaz". A formação deve ser contínua uma vez que o mundo está em constante transformação e mudança. Para atuar na EJA ou em qualquer outro âmbito, requer elaboração e formação.

Portanto, vale sempre ressaltar as contribuições de cursos de extensão que servem, justamente, para enriquecer o conhecimento sobre determinado tema, aprimorar as habilidades e competências em um campo de estudos adquirindo aptidões que possam potencializar o currículo do educador.

Os projetos de extensão visam fomentar cursos, grupos de estudos, ações artísticas, sociais e esportivas para o aprendizado de novas habilidades . São atividades independentes do currículo obrigatório, são realizadas fora do horário de aula, visando a primazia de ampliar o campo de atuação universitário para além das salas de aula. Objetivando a articulação prática do conhecimento científico do ensino e da pesquisa com as necessidades da comunidade onde a universidade se insere, para assim interagir e transformar a realidade social.

Apontamos como um dos desafios a serem enfrentados para o trabalho de educadores na EJA a formulação de políticas públicas quanto à profissionalização específica para os

educadores que atuam nesta modalidade e o fomento e otimização de ações para a formação continuada, assim como concurso público direcionado para EJA.

O fomento e promoção da formação inicial, continuada e a capacitação dos profissionais do magistério é de suma importância:

Ninguém começa a ser educador numa certa terça-feira às quatro horas da tarde. Ninguém nasce educador ou é marcado para ser educador. A gente se faz educador na prática e na reflexão sobre a prática (Freire, 2021, p. 58).

Tardif (2020) aponta que se deve compreender o saber do professor como os saberes que têm como objeto de trabalho seres humanos e que advém de várias instâncias dentre elas da universidade, provêm dos pares, dos cursos da formação continuada, é plural, heterogêneo, é temporal pois se constrói durante a vida e o discurso da carreira (...). Salienta-se a necessidade da formação continuada e sua finalidade.

Quanto à carga horária do curso de extensão, as respostas recebidas foram: 5 alunos cursistas acharam Bom e 4 alunos cursistas acharam Ótima, conforme podemos ver no gráfico abaixo.

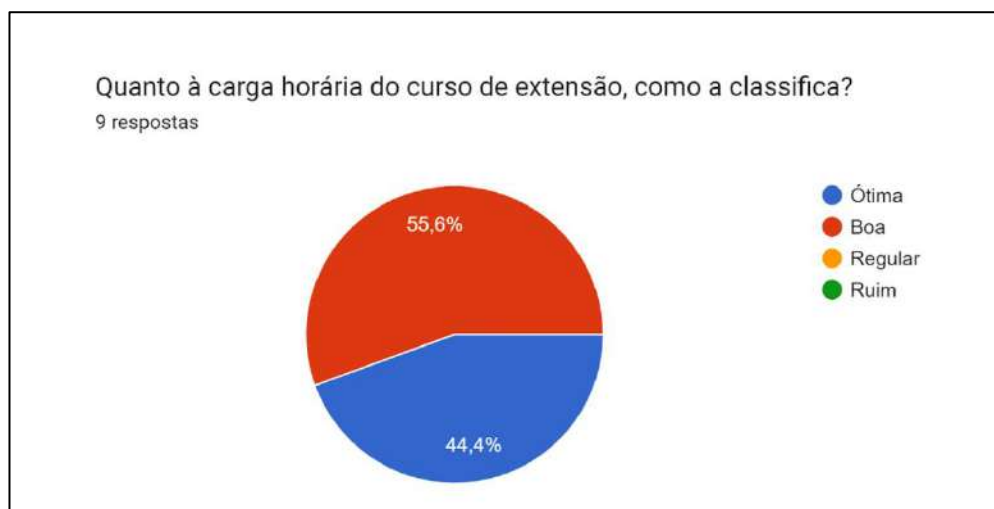


Gráfico 12: Material de pesquisa, Oliveira, 2023.

Referente à justificativa da resposta da questão anterior, os cursistas responderam que apesar de ser cansativo fazer o curso no dia de sábado, o curso atendeu às suas necessidades, assim como a carga horária, segundo eles, não ficou pesado. Em relação aos temas trabalhados no decorrer do curso, foram adequados, além de necessários e trouxeram ótimas reflexões.

Nesta questão podemos nos questionar nos seguintes pontos: como os professores conseguiam incluir o curso em sua rotina agitada, pois, como vimos anteriormente, muitos

trabalhavam em mais de dois turnos. Como andava sua saúde mental? Quando esses professores tinham momentos de lazer? Como eles conseguiam lidar com o cansaço, o que eles faziam para driblá-lo? Em relação ao tempo de lazer, quando isso acontecia? E como andava o sono? São questionamentos que poderíamos ter realizado através de entrevistas, mas a falta de tempo nos impossibilitou.

Quanto ao conhecimento do curso, como eles ficaram sabendo dessa extensão, as respostas foram as seguintes: quatro alunos responderam pelas Redes Sociais; um respondeu pela escola; quatro responderam outros, sendo que dois ficaram sabendo por amiga/colega, um pela divulgação da Secretaria Municipal de Educação e o outro ficou sabendo pela 2ª CRE, conforme podemos ver no gráfico abaixo:

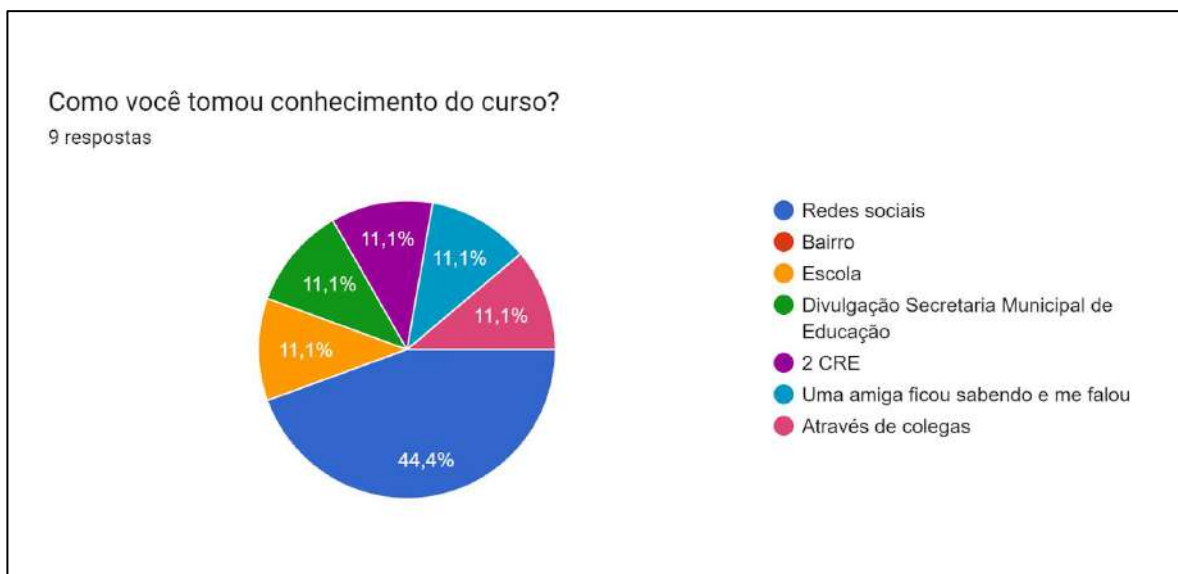


Gráfico 13: Material de pesquisa, Oliveira, 2023.

Atualmente a rede social ganha um espaço muito importante. Outro ponto relevante foi a secretaria indicar o curso para o profissional da educação se aprimorar, tem secretarias que dão incentivos aos seus profissionais fazendo essa indicação.

Em relação à expectativa do curso, as respostas foram as seguintes: seis alunos responderam totalmente e três responderam parcialmente, ninguém respondeu não atendeu às expectativas. Portanto, em sua maioria a expectativa foi atendida. O curso vai se aprimorando para atender a demanda, portanto, nunca nada vai agradar a todos, o importante é reconhecer e evoluir.



Quanto à justificativa da questão anterior, as respostas foram a seguinte: “As aulas foram ótimas”, “temas bem explorados”, “uma boa participação em relação aos cursistas”, “ótimos professores”. Houve uma sugestão, um participante pediu para um próximo curso pudesse focar em materiais para EJA. “Referente aos materiais penso que fornecer o material é mais difícil, pois cada sala de aula precisa de uma atenção e uma demanda diferentes. O material feito para a turma A, muitas vezes não é acessível ou bem aceito na turma B. O curso te dá o caminho para pensar o material em sua sala. Fica aqui um questionamento para um próximo curso”.

Quanto à pergunta sobre o significado de passar o sábado no campus da Praia Vermelha, as respostas foram as seguintes: “Momentos de aprendizado, momento cansativo mas muito enriquecedor, oportunidade de trocar conhecimentos e experiências com outros profissionais da educação, momentos de debates e de desconstrução e momentos de suavização após uma rotina pesada durante a semana”. Apesar de três participantes falarem que foi cansativo, a maioria disse coisas boas, deixando entre linhas as ausentes questões sobre cansaço do cotidiano e afins.

Quanto à pergunta sobre o benefício que o curso de aperfeiçoamento trouxe para os participantes, as respostas foram: oito responderam sim e apenas um respondeu não sei dizer. Referente à justificativa da questão anterior sobre o benefício, a resposta foi a seguinte: “Que trouxe uma visão diferenciada para trabalhar com a EJA em relação ao convívio, agregou conhecimento, vontade de estudar mais sobre a EJA, trouxe um olhar mais crítico, ampliou e aprofundou o conhecimento”.

Segundo Moura (2008), a formação do professor da EJA é de fundamental importância, no atual contexto socioeconômico, político e cultural, tendo em vista que estabelece uma avaliação e revisão da prática educativa e da formação inicial e continuada desses educadores, principalmente se considerarmos as especificidades e particularidades dos educandos.

Para Freire (1997, p. 08), o profissional da educação não nasce sendo educador tendo em vista que "Ninguém nasce educador ou marcado para ser educador. A gente se faz educador, a gente se forma, como educador, permanentemente, na prática e na reflexão da prática", ressaltando a importância da qualificação profissional.

Referente à questão, o que a/o motivou fazer o curso, as respostas foram: “A atuação na EJA e o anseio em descobrir novos conhecimentos, a curiosidade sobre a EJA, ampliar os conhecimentos e a prática em EJA, aperfeiçoamento e qualidade de aula para os alunos, formação continuada, buscar atualização e ser um profissional melhor”.

Quanto à questão antes do curso de extensão, você havia participado de outras formações continuadas em EJA? as respostas foram: Cinco responderam sim e quatro responderam não.

Especifique caso tenha participado de outras formações continuadas em EJA, as respostas foram: Já havia participado de uma formação no Município onde atua (mas não disse qual era o município, outro participante disse que já havia realizado na Faculdade Estácio de Sá (mas não disse em que área), outro fez um curso de extensão na Praia Vermelha, outro participante fez formação em EJA na Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, com convidados como Alessandra Nicodemos, Socorro Calhau e etc.

Em relação às sugestões, reclamações e/ou elogios a fazer sobre curso de aperfeiçoamento da Educação de Jovens e Adultos: “docência, sujeitos e saberes, as respostas foram: “Eterno agradecimento, precisamos de mais momentos como esses, nossos alunos merecem”. Um participante diz que espera que o “curso continue e que o próximo seja oferecido com novos temas e o mesmo aprofundamento”. Outro traz a sugestão de ter “outro curso em breve, com módulos focados na produção de material didático para EJA”. “Curso muito enriquecedor”, “Outro curso em breve, farei novamente”. “Boa organização”. “Um curso um pouco menor, ou seja, com uma carga horária menor”.

### 3.2. Resultados e discussões

Conforme a coleta e o tratamento de dados, observamos a importância da formação continuada por meio do curso de extensão para os professores que responderam ao questionário. No entanto, algumas questões apontadas pelos docentes poderiam ser compreendidas em entrevistas, mas, em função da necessidade de conclusão da pesquisa e do limite de prazo, não foi possível conversar com os docentes para tratar do tempo do curso, do material, das aulas aos sábados etc. Contudo, foi possível constatar que a responsabilidade da formação continuada para o exercício do magistério na EJA tem ficado única e exclusivamente sob a responsabilidade de seus docentes. Outro aspecto que salta aos olhos é a precarização da jornada de trabalho que obriga os professores a exercerem mais de dois turnos de trabalho por dia, tendo ainda, muitas vezes, uma carga horária no noturno com a EJA. Tais questões impactam a qualidade da prática educativa desenvolvida pelos professores.

Dessa forma, Gadotti (2018) destaca que deveria se investir mais no educador que atua na EJA e esse merece ser construtor de propostas, ser meio de transformação entre saber e ensinar, mas isto está diante da nossa realidade existente, pois quem ensina nessa modalidade não encontra na maioria das vezes o devido respaldo necessário para o exercício de sua função

e por vezes não possui aptidões para lidar com os problemas relacionados as suas práticas cotidianas.

É fundamental investir na formação de professores capazes de modificar essa realidade e para que isso aconteça deve haver um trabalho coletivo. Precisa-se construir um olhar crítico e reflexivo sobre a prática de ensino e aprendizagem que possibilite o êxito escolar. Não é possível que o analfabetismo, a baixa e ausência de escolaridade vençam todas as propostas, o olhar não deve se nortear pelos fracassos e sim pelas possibilidades de modificações do quadro já existente, conforme podemos ler a seguir:

Antes de mais nada é preciso reconhecer que nossas altas taxas de analfabetismo são decorrentes de nossa pobreza. O analfabetismo representa a negação de um direito fundamental decorrente de um conjunto de problemas sociais: falta de moradia, alimentação, transporte, escola, saúde, emprego... Isso significa que, quando há emprego, escola, moradia, transporte, saúde, alimentação ... Não há analfabetismo. Quando tudo isso vai bem, a educação vai bem. Isso significa ainda que o problema do analfabetismo não será totalmente resolvido apenas por meio de programas educacionais. Eles precisam vir acompanhados de outras políticas sociais (Gadotti, 2018, p.11).

Observamos que o país apresenta propostas que não condizem com a realidade o que contrasta elementos de como ensinar e aprender na contemporaneidade. Ainda que no Brasil, a EJA esteja direcionada a pessoas acima de 15 anos que não concluíram os estudos na idade propícia, é preciso que a educação ofertada a elas seja uma educação de qualidade.

(...) Milhões de brasileiros foram alfabetizados é verdade, mas não conseguiram dar continuidade a seus estudos nos estabelecimentos oficiais de ensino. E todos sabemos que, quando não se garante a continuidade corre o risco da regressão ( reversão) analfabetismo. Se o alfabetizando não usa o que conhece acaba esquecendo o que aprendeu. A falta de continuidade é mortal para o recém alfabetizado (Gadotti, 2018, p. 14).

É preponderante que os cursos de aperfeiçoamento, na extensão universitária, mantenham a ligação entre universidade e população com foco em produzir conhecimento por meio da formação dos estudantes e de suas habilidades. Outros aspectos que a extensão promove ao realizar atividades que são suportes no enfrentamento de problemas e questões sociais, construindo caminho e saberes e subsidiando a formação continuada, criando assim efetivamente possibilidades de transformar nossa realidade social.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Espera-se que esta pesquisa, de alguma forma, respalde os profissionais da área da educação quanto à importância da formação continuada dos cursos de aperfeiçoamento na extensão universitária que são relevantes e fundamentais para os que atuam com a educação, quer seja na modalidade EJA ou mesmo na educação básica.

Ensejamos agregar valores para o exercício do magistério. Nota-se que o pensamento dos autores selecionados para referenciar o nosso trabalho convergem e nos norteiam quanto a real necessidade de uma formação continuada, que se faz indispensável, o vislumbre da evolução da EJA no Brasil nos demonstra o quanto ainda temos que evoluir nas políticas públicas voltadas para essa modalidade de ensino. Portanto, perpetrar ações que efetivem e possibilitem essa evolução se faz essencial no contexto atual da educação no Brasil.

Quando a educação vem sofrendo grandes cortes no seu investimento, o que prejudica o ensino num todo, atingindo também os subsídios que os cursos de extensão oferecidos pelas universidades recebem, dificultando, assim, a formação continuada que é uma dimensão fundamental do nosso fazer profissional.

Assim podemos refletir durante o nosso trabalho de pesquisa, o quanto a capacitação do curso realizado pelo LIEJA foi de extrema significação para os seus participantes, pois respeitando os aspectos básicos, considerando a experiência pessoal e profissional dos docentes, criou-se a possibilidade de beneficiar-se com uma formação de qualidade que repercute e se ajusta aos contextos sociais e profissionais que estão em evolução sempre, pois a partir desse ponto o ensino tem mais possibilidades de ser ensino. Utilizando-se da motivação intrínseca para que os docentes sintam-se competentes e autodeterminados (eu posso e sei fazer) a formação continuada é uma dimensão que quando aliada ao ensino e à aprendizagem dos docentes, cria a real possibilidade de qualidade no seu fazer profissional que é ensinar.

## REFERÊNCIAS

ALVES, ALZENIR TEIXEIRA; MIGUEL, HELSON RODRIGUES. **A importância da formação continuada no processo de ensino e aprendizagem.** Id online Rev. Mul+. Psic, Maio, 2021, vol 15, nº 55.

BARRETO, Vera. **Formação de educadores de jovens e adultos**, organizado por Leôncio Soares. Belo Horizonte: Autêntica/ SECAD-MEC/UNESCO, 2006. Disponível em: [http://forumeja.org.br/un/files/Formacao\\_de\\_educadores\\_de\\_jovens\\_e\\_adultos\\_.pdf](http://forumeja.org.br/un/files/Formacao_de_educadores_de_jovens_e_adultos_.pdf) Acesso em 06/10/2022 às 21h 15 min.

BRASIL. Constituição (1934). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Promulgado em 1934, publicado no dia 16. 07. 1934, p. 33.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil:** promulgada em 5 de outubro de 1988, p.115.

BRASIL. Lei 5.692 de 11 de agosto de 1971. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Coleção de Leis do Brasil. 1971, Vol. 5 ( publicação original).

BRASIL. Lei 9. 394/96. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Brasília, DF: Senado, 1996, p. 27-28.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Parecer n. 11 de 10 de maio de 2000.** Institui as Diretrizes Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos. Brasília, 2000.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica.. Brasília, maio de 2021. p. 28.

CARVALHO, Marlene, **Primeiras Letras : Alfabetização de Jovens e Adultos em espaços populares/** Marlene Carvalho-1. ed. São Paulo: Ática, 2010.

CHIMENTÃO, L. K. **O significado da formação docente continuada.** 4º Congresso Norte Paranaense de Educação Física Escolar. Disponível em:<https://www.uel.br/eventos/conpef/conpef4/trabalhos/comunicacaooralartigo/artigocomoral2.pdf> . Acesso em: 10 jun. 2022.

CODO, W. (coord.). **Educação: carinho e trabalho**. Petrópolis: Vozes, 1999.

FREIRE, PAULO. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**, v 1<sup>a</sup> ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2021.

GADOTTI, MOACIR. **Educação de jovens e adultos: correntes e tendências**, In: Gadotti, M: Romão, J. E. ( orgs.) Educação de jovens e adultos: teoria, prática e propostas. 8 ed. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2018. ( Guia da Escola Cidadã).

HADDAD, S.; DI PIERRO, M. C. **Diretrizes de política nacional de educação de jovens e adultos: consolidação de Documentos 1985/94**. São Paulo, ago.1994.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Desigualdades sociais por cor e raça no Brasil Estudos e Pesquisas: informações demográficas e socioeconômicas**, n. 21, 2020.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Estudo do IPEA mostra aumento da inserção de negros nas universidades**. 30 ago. 2019.

LIEJA UFRJ - **Laboratório de Investigação, Ensino e Extensão em Educação de Jovens e Adultos - 2017**. Disponível em: <<https://lieja.fe.ufrj.br/apresentacao/>>. Acesso em: 20/02/2023 às 22h29min.

BOING, Luiz Alberto & LUDKE MENGA. **Caminhos da profissão e da profissionalidade docente**. Educação & sociedade, Campinas, vol. 85, no. 89, p. 1159- 1180, 2004.

MACIEL; Francisca Izabel Pereira; SANTOS, Sônia Maria dos; ROCHA, Juliano Guerra. (Orgs.) **História da formação de alfabetizadoras em Minas Gerais**. Uberlândia: Navegando Publicações, 2020. p. 78-79.

NÓVOA, António. **Formação de Professores e Profissão Docente**. Lisboa: Dom Quixote, 1995

PAIVA, V. P. **História da educação popular no Brasil: educação popular e educação de adultos**. 7. ed. São Paulo: Loyola, 2015. p. 241.

RIBAS, Marciele Stiegler; SOARES, Solange Toldo. **Formação de Professores para atuar na Educação de Jovens e Adultos: uma reflexão para o desenvolvimento e**

**aperfeiçoamento da prática docente.** In: Anais do IX Seminário de Pesquisa em Educação da Região Sul – ANPED SUL. Caxias do Sul - RS: Universidade de Caxias do Sul, 2012, p. 05.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico.** Ed São Paulo. Cortez, 2013. p.92-94.

SILVA, Simone Pereira da. QUEIROZ, Adriana Matias. MONTEIRO, Vitória Barreto. **O papel dos professores da EJA: perspectivas e desafios.** Encontro de iniciação à docência da UEPB. 2015, p. 2.

SOUSA SANTOS, B. **Para uma sociologia das ausências e das emergências.** Revista Crítica de Ciências Sociais, no. 63, 237-280, 2010.

SOUZA, Simone Pereira da. QUADROS, Raquel dos Santos. **A educação de jovens e adultos e as políticas de formação de professores.** Ensino de História: História, Memórias, Perspectivas e Interfaces - Volumes 2. 2021. p. 17.

TARDIF, Maurice. **Pénurie d' enseignants: raccourcir la formation est- il la solution? La Presse.** Recuperado de <https://www.lapresse.ca/debats/opinions/2020-07-1/penure-d-enseignants-raccourcir-la-formation-est-il-la-bonne-solutions>. Php.

## ANEXO

### Educação de Jovens e Adultos

Caro(a) professor(a),

Sou Daiane, ex-monitora do “Curso de Extensão Educação de Jovens e Adultos: docência, sujeitos e saberes” realizado no campus da Praia Vermelha em 2019. Eu e minha orientadora, Professora. Marta Lima de Souza, estamos desenvolvendo uma pesquisa sobre esse curso ministrado pelo LIEJA. Gostaríamos de contar com a sua colaboração para responder o questionário, o que levará apenas alguns minutos do seu tempo. Lembramos que sua identidade estará preservada. Desde já agradecemos a sua participação e aguardamos a resposta até o dia 28/10/2022.

E-mail \*

E-mail válido

Este formulário está coletando e-mails. [Alterar configurações](#)

Qual a sua idade? \*

- 18-25 anos
- 26-35 anos
- 36-45 anos
- 46 ou mais.

Informe sua identificação de gênero: \*

- Feminino
- Masculino
- Prefiro não dizer
- Outro
- Outros...

Quanto à sua cor/etnia, como se autodeclara? \*

- Branco
- Preto/Pardo
- Outros...



---

Qual o lugar de nascimento? \*

- Região Sul Fluminense
- Região Baixada Fluminense
- Região Serrana
- Capital
- Região Norte Fluminense
- Região Niterói e Baixada Litorânea
- Outros

---

Informe o local de sua residência na época do curso? \*

- Região Sul Fluminense
- Região Baixada Fluminense
- Região Serrana
- Capital
- Região Norte Fluminense
- Região Niterói e Baixada Litorânea

No período do curso, informe qual a sua formação continuada e especifique:

- Pós-Graduação
- Mestrado
- Doutorado
- Não tinha
- Outros...

Quanto tempo atua na EJA? \*

- 0-5 anos
- 6-10 anos
- 11-15 anos
- 15 anos ou mais

Na época do curso, em que rede de ensino atuava? Pode marcar mais de uma opção. \*

- Municipal
- Estadual
- Particular
- Movimentos Sociais

Em que etapa/nível de ensino atuava quando participou do curso? Pode marcar mais de uma opção. \*

- Anos iniciais - 6 a 10 anos
- Anos finais - 11 a 14 anos
- Ensino Médio - 15 a 17 anos
- Anos iniciais - EJA
- Anos finais - EJA
- Ensino Médio - EJA
- Ensino Médio Profissionalizante - EJA

Em que turno(s) trabalhava, quando participou do curso? Pode marcar mais de uma opção. \*

- Manhã
- Tarde
- Noite

Participar do curso de extensão significou o que para você? \*

Texto de resposta longa

Em relação à contribuição do curso de extensão para a sua formação, como você a descreve: \*

- Ótima
- Boa
- Regular
- Ruim

O curso de aperfeiçoamento trouxe algum benefício para você? \*

- Sim
- Não
- Não sei dizer

Se trouxe benefício, informe qual:

Texto de resposta longa

O que a/o motivou fazer o curso? \*

Texto de resposta longa

Antes do curso de extensão, você já havia participado de outras formações continuadas em EJA? \*

- Sim
- Não

---

A proposta do curso atendeu a sua expectativa? \*

- Totalmente
- Parcialmente
- Não atendeu

---

Justifique a resposta da questão anterior. \*

Texto de resposta longa

---

O que significava passar o sábado no campus da Praia Vermelha? \*

Texto de resposta longa

---

---

O que a/o motivou fazer o curso? \*

Texto de resposta longa

.....

---

Antes do curso de extensão, você já havia participado de outras formações continuadas em EJA? \*

Sim

Não

---

Especifique caso tenha participado de outras formações continuadas em EJA:

Texto de resposta longa

.....

---

Tem sugestões, reclamações e/ou elogios a fazer sobre Curso de Extensão Educação de Jovens e Adultos: docência, sujeitos e saberes? \*

Texto de resposta longa

.....